

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

MICHELLE PAVANI DOS SANTOS ALMO

**VIABILIDADE NA APLICAÇÃO DE MEDIDAS COERCITIVAS ALTERNATIVAS À
PRISÃO CIVIL ALIMENTAR**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2017**

MICHELLE PAVANI DOS SANTOS ALMO

**VIABILIDADE NA APLICAÇÃO DE MEDIDAS COERCITIVAS ALTERNATIVAS À
PRISÃO CIVIL ALIMENTAR**

Monografia apresentada ao curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor Especialista William Ricardo Grilli Gama.

**CACOAL - RO
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

A451v Almo, Michelle Pavani dos Santos.

Viabilidade na aplicação de medidas coercitivas alternativas à prisão civil alimentar / Michelle Pavani dos Santos Almo. -- Cacoal, RO, 2017.

58 f.

Orientador(a): Prof. Esp. William Ricardo Grilli Gama

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Medidas coercitivas. 2.Prisão civil. 3.Alimentos. I. Gama, William Ricardo Grilli. II. Título.

CDU 347.6

Bibliotecário(a) Leonel Gandi dos Santos

CRB 11/753

VIABILIDADE NA APLICAÇÃO DE MEDIDAS COERCITIVAS ALTERNATIVAS À PRISÃO CIVIL ALIMENTAR

MICHELLE PAVANI DOS SANTOS ALMO

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor Especialista William Ricardo Grilli Gama - UNIR - Presidente

Professora Dr.^a Maria Priscila Soares Berro - UNIR - Membro

Professora M.^a Ozana Rodrigues Boritza - UNIR - Membro

Conceito: 83

Cacoal, 12 de dezembro de 2017.

O presente trabalho é dedicado a minha amada família, a meu esposo Marcelo, a minha preciosa filha Maitê, aos meus pais Aurísio e Isabel, a minha irmã Maísa, aos meus sobrinhos Hugo e Heloísa, a minha avó Maria. Em especial, ao meu esposo, filha e a minha mãe por me inspirarem e sempre acreditarem em meu potencial até mesmo quando eu duvidei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por todo o cuidado e ajuda para comigo. Reconheço que sem Ele eu nada posso fazer. Deus é a minha força, bom ânimo e inspiração que preciso nos momentos difíceis e com a ajuda Dele concluo esse sonho que há muitos anos carregava comigo.

Sou grata a toda minha família pelo apoio emocional, material e espiritual para que eu pudesse alcançar meus objetivos. Essa vitória é para vocês!

Agradeço a meu esposo Marcelo do Almo Silva que estando ao meu lado sempre me ofereceu seu amor e paciência, suportou meus temores e defeitos, a todo tempo acreditou em minha capacidade e me deu o mais lindo presente, nossa querida filha Maitê Pavani dos Santos Almo, a quem agradeço também por me ensinar o verdadeiro significado do que é amor, prioridade, felicidade e realização pessoal. Obrigada meus amores por trazerem sentido a minha vida!

Agradeço a minha mãe e minha melhor amiga, Isabel Pavani dos Santos, por nunca medir esforços para ver-me feliz. A senhora é um exemplo de pessoa para mim. Obrigada por confiar em meu potencial. Obrigada por me amar e por estar tão perto mesmo morando distante.

Agradeço a meu pai Aurísio Lopes dos Santos por todo amor, cuidado e segurança dados. Obrigada pelas orações, pai!

Agradeço a minha irmã Maísa Pavani dos Santos Elias por todas as palavras de apoio, por ser tão cuidadosa e carinhosa. Agradeço também ao meu cunhado Hugo Jorge dos Santos Elias e aos meus amados sobrinhos Hugo Gabriel Pavani dos Santos Elias e Heloísa, que ainda está sendo gerada. Obrigada família Elias por cada ajuda, cada palavra e cada alegria!

Agradeço a minha avó Maria Aparecida Pavani da Silva pelo exemplo que é, pelo amor que tem pela família e por ser muito querida com os filhos, netos e bisnetos.

Agradeço a minha sogra Almira do Almo e Silva pelo carinho, confiança, pelas orações, ligações telefônicas e incentivo. A senhora é a coluna da família Almo!

Agradeço a minha cunhada Crhistine do Almo Silva e sobrinhos Yullia, Ananda, Maria Fernanda, Maria Clara e Weberth pelo carinho que sempre tiveram por mim e por vibrarem com minhas conquistas.

A minha tia Luzia de Fátima da Silva e primos Anna Paula de Matos e Igor Thompson de Matos por sempre estarem presentes em minha vida.

Ao meu orientador, Professor Especialista William Ricardo Grilli Gama, pela paciência, por compartilhar seus conhecimentos e por contribuir com minha formação de forma tão nobre.

A todos os professores de Direito que diariamente tanto se esforçam e lutam para nos ajudar a atingir nosso propósito. Ao professor Silvério dos Santos Oliveira pelo empenho ao curso.

A minha amiga Julianne Hellmann Vatanabe por toda dedicação em nossa amizade e por fazer essa jornada de cinco anos ser mais leve, alegre e menos desesperadora.

Às amigas de academia Rayssa da Silva Lopes de Barros, Francisdeise Suave, Raquel Braz Odorico pela companhia ao longo desses cinco anos.

À XXIII turma de Direito, a cada um dos alunos, pelo bom-humor em todas as aulas e por chegarmos juntos até aqui.

A todos que de alguma forma acrescentaram algo bom ao passar por minha vida.

É preciso acreditar no Direito, é preciso traçar as rotas que permitam ao Direito trilhar caminhos menos burocráticos e mais eficientes, perseguindo os ideais da verdadeira justiça, em defesa dos Direitos da pessoa humana. Não são apenas petições que vêm aos juízes: são lágrimas, são faces, é gente como a gente, mais sofrida quase sempre.

(Herkenhoff)

RESUMO

O presente trabalho aborda a viabilidade em se aplicar outras medidas coercitivas diversas da prisão civil nos casos de débito de natureza alimentar. O estudo da viabilidade faz-se necessário, haja visto que a pretensão do ordenamento jurídico nacional é influenciar comportamentos para que estes se amoldem as legislações existentes e aos valores sociais. Dentre estes axiomas sociais, possuem destaque o da dignidade da pessoa humana, o qual entra em atrito com o princípio da paternidade responsável nas questões correlatas a alimentos, se resultarem na prisão civil. Portanto, este trabalho possui o objetivo de analisar se o emprego de medidas coercitivas alternativas à prisão civil pode apresentar-se como um modo satisfatório ao alcance da pretensão do alimentado, sendo de menor onerosidade ao alimentante, desde que aquelas demonstrem-se viáveis à realidade das partes. Para promover a análise e desenvolvimento do tema proposto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica com o estudo de princípios, leis, teorias, jurisprudências disponíveis em livros, sítios virtuais, artigos científicos, dentre outras obras. Os métodos utilizados são o hipotético dedutivo e o dogmático, com nuances da zetética. A pesquisa é de cunho qualitativa e apresenta que a despeito da realidade do sistema prisional e dos dados analisados acerca da prisão civil, entende-se ser viável a aplicação de outras medidas coercitivas para conseguir a satisfação na execução do direito a alimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Medidas coercitivas. Prisão civil. Alimentos.

ABSTRACT

This research is about the feasibility of applying other coercive measures other than civil prison in cases of food debt. The study of viability is necessary, since the intention of the national legal system is to influence behaviors so that they conform to existing legislation and social values. Among these social axioms, the dignity of the human person stands out, which enters into friction with the principle of responsible parenthood in matters related to food, if they result in civil prison. Therefore, this work has the objective of analyzing whether the use of coercive measures alternative to civil prison can be presented as a satisfactory way to reach the pretension of the fed, being less onerous to the food, provided that they prove feasible to reality of the parties. In order to promote the analysis and development of the proposed theme, bibliographical research was used with the study of principles, laws, theories, jurisprudence available in books, virtual sites, scientific articles, among other works. The methods used are the hypothetical deductive and the dogmatic, with feature of zetetic. The research is qualitative and shows that despite the reality of the prison system and the data analyzed about civil prison, it is understood that other coercive measures are feasible to achieve satisfaction in the implementation of the right to food.

KEYWORDS: Coercive measures. Civil Prison. Foods.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O INSTITUTO DA PRISÃO CIVIL ALIMENTAR	12
1.1 A PRISÃO CIVIL E SEU BREVE HISTÓRICO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	12
1.2 NATUREZA JURÍDICA DA PRISÃO CIVIL DE ALIMENTOS	16
1.3 UTILIZAÇÃO DA PRISÃO CIVIL.....	18
1 ALGUMAS MEDIDAS COERCITIVAS ALTERNATIVAS À PRISÃO CIVIL ..	24
2.1 NEGATIVAÇÃO DO NOME DO DEVEDOR	24
2.2 SUSPENSÃO DA CNH, DE CARTÕES DE CRÉDITO E APREENSÃO DE PASSAPORTE	27
2.3 APLICAÇÃO DE MULTAS OU ASTREINTES	29
2.4 PENHORA <i>ON-LINE</i>	31
2.5 USO DE TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS	33
2.6 MODELOS DE MEDIDAS EXISTENTES EM LEGISLAÇÃO ALIENÍGENA ...	36
2.6.1 Fundo estatal garantidor de pagamento	36
2.6.2 Inscrição em registro de devedores	37
3 PRISÃO CIVIL E OUTRAS MEDIDAS COERCITIVAS EM NÚMEROS	38
3.1 DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A PRISÃO CIVIL	38
3.2 EFETIVIDADE NA APLICAÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS COERCITIVAS SUBSTITUTAS DA PRISÃO CIVIL ALIMENTAR	41
3.2.1 Penhora on-line	41
3.2.2 Multas e astreintes	42
3.2.3 Tornozeleiras eletrônicas, apreensão da Carteira Nacional de Habilitação, passaporte, cartões de crédito, negativação do nome do devedor e outras medidas atípicas	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a viabilidade na aplicação de medidas coercitivas que sejam alternativas à prisão civil decorrente do débito de natureza alimentar.

Embora alvo de diversos questionamentos, a prisão civil alimentar é admitida como maneira mais eficiente de satisfação do crédito alimentício. Tanto que, é a única prisão civil acolhida pela Convenção Americana de Direitos Humanos.

Nesta conjuntura de admissão da prisão civil como meio eficiente de satisfação alimentar e, considerando o teor cultural da irresponsabilidade do prazer, muito evidente nas relações entre alimentantes e alimentados, onde após um envolvimento íntimo surge uma vida que necessita de cuidados e alimentação para sobrevivência, o legislador viu-se obrigado a efetivar o princípio da paternidade responsável em sua forma mais inflexível, a prisão civil alimentar, a fim de se evitar a origem de severas mazelas sociais relacionadas ao abandono material.

Assim, a necessidade em se buscar uma melhor compreensão da prisão civil e da viabilidade na adoção de medidas coercitivas substitutivas que assegurem o adimplemento da obrigação alimentícia nasce de uma visão holística que contemple a necessidade do alimentado enquanto parte hipossuficiente que urge pela prestação de alimentos e também do alimentante que não tendo outros meios de cumprir com sua obrigação alimentícia se vê recolhido à realidade do sistema prisional, tendo ou não outra medida coercitiva disponível que lhe obrigue a satisfazer seu dever de alimentar.

Nesse contexto, importa examinar a viabilidade em se aplicar estas medidas coercitivas alternativas à prisão civil no ordenamento jurídico brasileiro, incluindo estudo do sistema jurídico da Argentina, Portugal e Espanha, na busca por outros meios eficazes de se executar o devedor de alimentos, sem que seja necessário o

uso da prisão civil, de sorte que se conceba e se tenha instrumentos mais adequados à execução da obrigação alimentícia.

Para tanto, o trabalho conta com três capítulos.

No capítulo primeiro, aborda-se o instituto da prisão civil alimentar como instrumento do Direito Civil para garantir o adimplemento da obrigação de prestar alimentos durante a execução, sua natureza jurídica e sua utilização.

O segundo capítulo apresenta algumas medidas coercitivas que podem ser empregadas em substituição à prisão civil, medidas que já foram implementadas no Brasil e outras usadas em diferentes países, as quais têm se mostrado bastante eficientes.

O capítulo final aborda estatísticas a respeito da prisão civil alimentar, além de trazer alguns dados sobre a efetividade na aplicação de outras medidas coercitivas substitutas da prisão.

1 O INSTITUTO DA PRISÃO CIVIL ALIMENTAR

1.1 A PRISÃO CIVIL E SEU BREVE HISTÓRICO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Para que se possa definir o que é a Prisão Civil convém salientar a tese defendida por Brenner (2005, s.p.), para quem:

Chama-se prisão civil aquela que não decorre da prática de um ilícito definido na lei como delito. A locução constitucional “prisão civil” está colocada no texto com a finalidade de distingui-la da prisão penal. Aquela é meio compulsório de execução; esta resulta de uma infração penal.

Partindo deste conceito de que o instituto da prisão civil é mero meio executivo e, não meio punitivo, cujo propósito é o de exercer coerção nos sujeitos a fim de forçar o adimplemento obrigacional, Marmitt (1989, p. 7) pontua que:

A prisão existente na jurisdição civil é simples fator coercitivo, de pressão psicológica, ou de técnica executiva, com fins de compelir o depositário infiel ou o devedor de alimentos, a cumprirem sua obrigação. Insere-se na Constituição Federal como exceção ao princípio da inexistência de constrição corporal por dívida. Sua finalidade é exclusivamente econômica, pois não busca punir, mas convencer o devedor relapso de sua obrigação de pagar.

Feita a distinção acerca da prisão enquanto instituto do Direito Civil, cumpre compreender um breve histórico dela nas Constituições nacionais. Destaca-se que as primeiras Constituições do Brasil, não se manifestaram sobre a prisão civil, vez que possuíam influência do Direito Lusitano.

A primeira menção ao tema surgiu com a Constituição de 1934, denominada de Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, que em seu texto legal proibiu terminantemente a prisão civil por dívidas, em seu artigo 113, parágrafo 3º:

Art. 113 – A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

§3º Não haverá prisão por dívidas, multas ou custas.

Entrementes, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937, foi omissa sobre o assunto. Já em 1946, com a Constituição dos Estados

Unidos do Brasil, novamente foi vedada a prisão civil, com exceções à prisão do depositário infiel e do devedor de alimentos.

Art. 141 – A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§ 32 - Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel e o de inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei.

Em 1967, a Constituição da República Federativa em seu artigo 150, parágrafo 17, integralmente repetiu o artigo 141, parágrafo 32, constante na Constituição de 1946 que proibia a prisão civil:

Art. 150 – A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§ 17 - Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel, ou do responsável pelo inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei.

Já a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no 5º artigo, apresentou as mesmas exceções das duas Constituições anteriores quanto à prisão civil. Em seu texto, a Constituição de 1988 determina que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

Entretanto, ainda que o texto constitucional admita a possibilidade da prisão civil nas hipóteses de obrigação alimentar e do depositário infiel, como o Brasil tornou-se signatário de tratados internacionais de Direitos Humanos, a única prisão civil de fato permitida é a que resulta da falta do pagamento de alimentos. Isto ocorre por força do que está previsto no próprio artigo 5º, parágrafo 3º, que dispõe acerca dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos

respectivos membros que se tornam equivalentes às emendas constitucionais e, por conseguinte, passam a reger as relações alcançadas com o mesmo efeito da Constituição.

Destarte, o Brasil passou a adotar apenas a prisão civil resultante de débito alimentício. A este despeito, a Súmula Vinculante 25 do Supremo Tribunal Federal, com a seguinte redação: “É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito”, corroborou o entendimento de repúdio à prisão do depositário infiel, fazendo cessar as discussões a respeito da admissibilidade da prisão civil nas hipóteses estabelecidas no artigo 5º da Constituição.

Na redação do Pacto de San Jose da Costa Rica, artigo 7º, item 7, é assegurada como parte da liberdade individual a garantia de não ser preso em decorrência de dívidas, por assim dizer, na esfera cível.

Artigo 7º - Direito à liberdade pessoal

[...]

7. Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969).

A manutenção da prisão civil nos casos de débito alimentar, segundo disposto no Pacto de San Jose, é resultado do sopesamento de direitos humanos, onde estão em confronto o direito à vida e o direito à liberdade, prevalecendo o direito à vida do alimentado sobre o direito à liberdade do alimentante. Ao passo que a prisão civil decorrente de dívidas sofreu abolição devido ao estabelecimento da dignidade da pessoa humana como centro protetivo do ordenamento jurídico e não mais o patrimônio, como o era no Código Civil de 1916. É o que ensinam Fachin e Pianovski (2008, p. 11):

Vem à tona, nessa esteira, a relevância dos direitos fundamentais, sobretudo no que toca a discussão sobre sua eficácia nas relações interprivadas.

O Direito Privado contemporâneo – e, mais especificamente, o Direito Civil – vem deixando à margem as concepções individualistas do passado, para se ocupar da proteção da dignidade da pessoa humana em dimensão coexistencial.

Nem por isso – vale observar – deixa de ser Direito Privado. Este, que tradicionalmente se ocupa do sujeito proprietário, construído pela abstração dos conceitos, passa a se ocupar do sujeito concreto, que vale pelo que é, sem que precise, para adquirir relevância para o Direito Privado, ser qualificado pelo “ter”.

Este também é o ensinamento de Dias (2009, p. 62) que afirma ser a dignidade da pessoa humana princípio sobre o qual se erige o ordenamento jurídico. “A dignidade da pessoa humana, consagrada como base do Ordenamento Jurídico, vincula todos os institutos à realização da personalidade da pessoa humana”.

Sobre a relevância dos tratados internacionais que ganharam *status* de emenda constitucional quanto ao tema da prisão civil, Conceição (2009, s.p.) pontua que:

Desta forma os tratados internacionais que tratam de direitos humanos revelam-se de grande importância nos ordenamentos jurídicos nacionais dos Estados democráticos de direito em todo mundo. Dão um caráter global à importância da valorização da pessoa humana, como um bem superior a todos os outros, que deve ser protegido em qualquer lugar do mundo e ser hegemônico em quaisquer ordenamentos [...].

Desta forma, é justamente por valorizar o ser humano que a prisão civil decorrente de débito alimentar é mantida tanto no corpo de tratados e convenções de Direitos Humanos como em legislações nacionais.

Nesse sentido, cabe citar o ensinamento de Gomes (2010, s.p.):

Em síntese: a nova postura jurisprudencial do STF finca suas raízes em novos tempos, em novos horizontes: a era da internacionalização dos direitos humanos já não pode ser (jurassicamente) ignorada. No Estado constitucional e humanista de direito não cabe prisão civil contra o depositário infiel, qualquer que seja esse depositário (judicial ou não). A única prisão civil admitida pelo direito internacional é a relacionada com alimentos. Conclusão: é a única que vale hoje no direito interno brasileiro (ou seja: a única que ainda faz parte do direito “vidente”).

Não obstante, a previsão constitucional no artigo 5º, inciso LXVII, dispõe que a legitimidade da prisão civil só é permitida nos casos de inadimplemento voluntário e inescusável daquele que possui uma obrigação alimentar.

É sabido que a Constituição brasileira admite excepcionalmente a prisão civil (artigo 5º, LXVII) sendo que a do devedor de alimentos é a única ainda possível depois de o Brasil ter ratificado o Pacto de São José da Costa Rica, sendo ineficaz a prisão civil do depositário infiel (SIMÃO, 2015, s.p.).

De igual modo é a lição de Marinoni (2003, p. 234), quando afirma que a norma que limita a prisão civil

[...] deve ser vedada quando a prestação depender da disposição de patrimônio, mas permitida para a jurisdição poder evitar – quando a multa e as medidas de execução direta não se mostrarem adequadas – a violação de

um direito. Note-se que essa interpretação, além de considerar o contexto, e por essa razão ser muito mais abrangente do que a "clássica", dá ênfase aos direitos fundamentais, realizando a sua necessária harmonização para que a sociedade possa ver a sua concretização nos locais em que a sua própria razão recomenda. De outra maneira, os próprios direitos ficarão desprovidos de tutela, e assim o ordenamento, exatamente na parte que consagra direitos invioláveis, assumirá uma configuração meramente retórica, e nesse sentido sequer merecerá a designação de "jurídico".

Assim, a distinção entre a prisão civil permitida pela Convenção Americana de Direitos Humanos -Pacto de San Jose- e a estabelecida no artigo 5º, inciso LXVII da Constituição Federal gira em torno da proteção da dignidade da pessoa humana, assegurando o direito à vida do alimentado, ao passo que, a derrocada da prisão do depositário infiel se dera porque esta apenas pretendia defender o patrimônio, nas relações entre particulares.

1.2 NATUREZA JURÍDICA DA PRISÃO CIVIL

Com relação à natureza jurídica da prisão civil de origem alimentar Marinoni e Arenhart (2008, p. 86) destacam a impossibilidade de se enxergar apenas o que há de negativo na utilização da prisão civil, devido a segurança jurídica que a mesma exerce.

Em uma interpretação realmente atenta aos direitos fundamentais, e de acordo com a moderna hermenêutica constitucional, não há como enxergar apenas o que há de negativo na utilização da prisão. Se ela constitui violência inconcebível em face de dívidas em sentido estrito, não há como deixar de perceber o seu lado positivo, diante da necessidade de observância de deveres de não fazer e de deveres de fazer que não dependam do desembolso de dinheiro.

Entende-se, portanto, que a prisão civil, representa um meio de coerção eficaz, já que o adimplemento da prestação por conta do próprio devedor está totalmente despojado do caráter punitivo. Sendo encarada como um importante meio de concretização do direito fundamental à tutela efetiva e não apenas como uma odiosa lesão ao direito de liberdade. Podendo ser utilizada como mecanismo de execução destinado a convencer o demandado a cumprir decisões que imponham o cumprimento de um dever desde que não exijam a disposição de dinheiro ou de qualquer forma de patrimônio.

Nesta esteira, tem-se então, que a prisão civil é meio executivo de finalidade econômica, visto que o executado é preso, não para ser punido, como se criminoso fosse, mas para forçá-lo indiretamente a pagar, supondo-se que tenha meios de cumprir a obrigação e queira evitar sua prisão, ou readquirir sua liberdade.

De acordo com Pereira (2009, p. 79), a prisão civil é classificada como uma coerção indireta.

A decisão que determina a prisão do devedor de alimentos, por outro lado, é típica medida coercitiva indireta, porquanto a ordem de segregação atua na vontade do devedor de forma a compeli-lo a cumprir a decisão que determinou a entrega da prestação alimentar.

Conforme a doutrina de Gonçalves (2012, p. 431), entende-se que a obrigação de prestar alimentos no direito brasileiro, não possui cunho indenizatório, porém assistencial. Em decorrência desse caráter da prestação, a prisão civil do devedor de alimentos não pode objetivar a punição do alimentante inadimplente, todavia apenas forçá-lo ao cumprimento da obrigação, prestando a assistência devida ao credor necessitado.

É o mesmo entendimento firmado por Reis e Rodrigues Junior (2016, p. 140):

Ainda relativamente ao processo executivo dos alimentos, existe a modalidade de coerção pessoal, prevista no artigo 733 do Código de Processo Civil vigente e artigo 528, § 3º do novo *Codex*, possibilitando ao magistrado a decretação da prisão civil do devedor de alimentos, no prazo mínimo de um e máximo três meses, sem que tal medida exonere o devedor de pagar pelas prestações que ensejaram sua prisão. No entanto, urge destacar que a prisão do devedor de alimentos não possui natureza jurídica sancionatória, mas método de coerção psicológica.

Ademais, afora manter o caráter coercitivo, o instituto da prisão civil de natureza alimentar, além de possibilitar a existência digna do alimentado também deve alcançar um patamar mais amplo do que apenas aquele que existe entre as partes do processo de execução de alimentos, isto é, deve ser um mecanismo de defesa do interesse público, uma vez que a Constituição Federal no artigo 227, estabelece que família, sociedade e Estado são responsáveis por garantir uma vida digna à criança, adolescente e jovem, sujeitos que, em regra, são os alimentados.

A coação pessoal decorrente da dívida de caráter alimentar, por sua vez, ainda subsiste. Trata-se de uma forma de proteção do interesse público, fundamentada no princípio da dignidade da pessoa humana, posto que a dívida alimentar tem por escopo a preservação da vida daquele que necessita

dos alimentos, devendo, portanto, ser cumprida da forma mais célere possível (PINHEIRO, 2016, s.p.).

Outro aspecto que ainda importa destacar é que a prisão civil alimentar exige uma interpretação estrita para ser usada cautelosamente como instituto de execução:

Só se decreta a prisão se o alimentante, embora solvente, frustra, ou procura frustrar, a prestação. Se ele se acha, no entanto, impossibilitado de fornecê-la, não se legitima a decretação da pena detentiva. Assim, instituída como uma das exceções constitucionais à proibição de coerção pessoal por dívida, a prisão por débito alimentar reclama acurado e criterioso exame dos fatos, para vir a ser decretada, em consonância com o princípio de hermenêutica, que recomenda exegese estrita na compreensão das normas de caráter excepcional (MONTEIRO, 1997, p. 378).

Portanto, a decretação da prisão civil de natureza alimentícia deve ser usada com bastante critério, com a devida e acurada análise casuísticas, respaldada no princípio da dignidade da pessoa humana.

[...] toda e qualquer decisão acerca de alimentos deve ser presidida pelo (fundamental) princípio da dignidade do homem, respeitando as personalidades do alimentante ou alimentado, sob pena de incompatibilidade com o Texto Magno (FARIAS, 2006, p. 36).

Diante dessa perspectiva, deve-se buscar o adimplemento da obrigação para que o alimentado não seja privado do necessário à sua subsistência, sem deixar de observar os direitos do alimentante, que também não pode ter afetada a sua dignidade durante a execução da obrigação alimentar, para tanto o princípio da dignidade humana deve sempre ser considerado, tanto sob o aspecto do alimentado como também do alimentante.

1.3 UTILIZAÇÃO DA PRISÃO CIVIL

Entendendo que a prisão não pode ser decretada antes de serem utilizados outros meios que também possuam eficácia, a prisão civil deve ser a última hipótese aplicada na execução de alimentos e, tal premissa justifica a necessidade de busca por meios idôneos e eficientes, que forcem o pagamento do dever alimentício.

Em observância à excepcionalidade estabelecida na Constituição Federal para que seja aplicada a coação pessoal, estabelecida pelo Código de Processo Civil, na execução da dívida alimentar, o legislador infraconstitucional dispõe de uma gradação entre os demais meios de execução dessa dívida, colocando a prisão civil como última hipótese. (PINHEIRO, 2016, s.p.).

Isto se dá, porque segundo Marinoni e Arenhart (2008, p. 388), a execução baseia-se nas regras de menor restrição possível do devedor e, a adoção da coerção pessoal somente deve ser utilizada quando não mais existirem meios adequados para se garantir o pagamento da dívida alimentícia.

Nesse contexto, não obstante a gravidade da prisão civil, existem situações em que essa modalidade de coerção não é eficaz para o pagamento da dívida de natureza alimentar. Circunstâncias em que a aplicação da medida prisional deixa de ser meramente coercitiva e passa a ser uma punição, tanto para o devedor, como também para o credor, o que não confere uma solução ao problema e acentua o litígio entre as partes.

Naturalmente, se o alimentante deixar de pagar a prestação, o alimentado poderá utilizar o mecanismo da coerção pessoal para forçá-lo ao pagamento. No entanto, em determinados sujeitos, a prisão civil, provavelmente, não gera os efeitos esperados, servindo como mero meio punitivo, fundada muitas vezes no sentimento de vingança, utilizada pelo alimentado contra o alimentante inadimplente.

Para Sales (2015, s.p.), o uso da prisão como forma de vingança é uma clara demonstração de retrocesso social. “Usar de uma relação mal conduzida, mal resolvida e mal discutida para vingar-se do outro, não nos levará a uma sociedade melhor. Muito pelo contrário: tornará-nos cada vez mais medíocres!”

Na situação de inadimplemento de alimentos, mais útil seria a ambas as partes da execução estabelecer uma solução alternativa que compelsse o devedor ao pagamento, satisfazendo as necessidades do credor, sem que fosse necessária a prisão civil. Ou seja, poderia, na execução, por exemplo, ser aplicada uma multa pecuniária por dia de atraso, haja vista que, desse modo, se estaria coagindo o devedor ao pagamento sem impedir que ele exerça seu ofício laborativo.

Reis e Rodrigues Junior (2016, p. 142-143) afirmam que a prisão civil é um instituto a ser superado.

Apesar de ser invocada inúmeras vezes à satisfação da pretensão creditícia do alimentado, a prisão civil do obrigado não constitui o mecanismo mais adequado do ponto de vista do devedor e até mesmo do credor, posto que em muitos casos o devedor possui sua prisão decretada, mas não satisfaz o débito.

Assim, impende repensar nas atuais técnicas executórias, em especial no modo coercitivo, a fim de buscar novas alternativas para a satisfação do débito alimentar e redução dos incalculáveis prejuízos ao alimentado em razão da inadimplência.

Outro caso bastante comum de ineficácia da prisão civil ocorre quando o alimentante encontra-se desempregado e não mais consegue cumprir com sua obrigação. Nesta hipótese, a jurisprudência brasileira tem entendido não consistir justificativa plausível para o não pagamento dos alimentos a simples alegação de desemprego, ainda que, verificada a mudança nas circunstâncias fáticas, o devedor proponha ação de revisão da pensão alimentícia. É o que se pode perceber no julgado abaixo:

HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DISCUSSÃO, NA ESTREITA VIA CONSTITUCIONAL, ACERCA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DO PACIENTE. INADMISSIBILIDADE. **ALEGAÇÃO DE DESEMPREGO DO DEVEDOR. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO AFASTA A OBRIGAÇÃO.** CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. WRIT DENEGADO. Encontra-se pacificado neste Pretório o entendimento no sentido de que, na via constitucional de habeas corpus, diante do seu especial procedimento, mostra-se incabível a discussão ou a dilação probatória acerca da condição financeira do paciente devedor de verba alimentar. **A alegação de desemprego não exonera o executado de prestar alimentos.**

(TJ-SC - HC: 135157 SC 2004.013515-7, Relator: Ronaldo Moritz Martins da Silva, Data de Julgamento: 20/07/2004, Câmara de Férias Civil, Data de Publicação: Habeas corpus n. 2004.013515-7, de Palhoça, grifo nosso).

Fica, assim, realçada a ineficácia da aplicação da prisão civil ao devedor de alimentos que se encontre em situação de desemprego, visto que este, ainda que temporariamente, restará impossibilitado de adimplir a obrigação, servindo a prisão, mais uma vez, como simples mecanismo de punição pelo não pagamento.

Conforme preleciona Pinheiro (2016, s.p.):

Ademais, em muitas situações, além da ineficácia dos demais meios de execução da dívida alimentar, a prisão civil do devedor também não gera o efeito esperado, qual seja o cumprimento da dívida, passando a ser um meio meramente punitivo, causando danos a ambas as partes do processo. Nesse diapasão, no âmbito da execução de alimentos deve-se primar pela observância do princípio da dignidade da pessoa humana. Sob o aspecto do alimentado, não se pode permitir que este seja privado do necessário à sua subsistência, devendo a execução ocorrer de forma célere. Por outro lado, sob o aspecto do alimentante, deve-se realizar a execução da forma que menos o restrinja. Não se pode permitir, por exemplo, que a prisão civil do devedor de alimentos seja utilizada como meio de punição.

É importante ressaltar que, não se pode permitir que o alimentante, tendo modificada sua situação financeira seja coagido, através da prisão, ao pagamento de uma prestação que ele não mais tenha condições de arcar.

Logo, utilizar-se da prisão civil como principal meio de execução da dívida alimentar é ofender o Texto Constitucional, esquivando-se do caráter excepcional desse instrumento executório, conferindo-lhe aspecto de regra genérico.

Simão (2015, s.p.) socializa que:

A questão que se coloca é: realmente o modelo de prisão por inadimplemento da pensão alimentar é aquele desejável para o sistema? Aliás, em se admitindo a prisão, medida mais radical e onerosa que as demais, não há qualquer razão para não se admitir medidas menos gravosas e apenas de índole patrimonial. [...] problemas evidentes dela decorrem. Dois são os mais óbvios. O primeiro é o efeito nefasto à relação pessoal e afetiva entre o credor e o devedor. [...] Pior, se o devedor for demitido porque ficou 90 dias preso, a ruína financeira pode nascer exatamente em razão da prisão. [...] Em Portugal, o debate girou em torno de ideias para efetivar o pagamento dos alimentos sem se recorrer à prisão civil. Em Portugal há um Fundo de Garantia de Alimentos devidos a Menores [...], feito o pagamento, o Fundo passa a ser credor do devedor dos alimentos, ou seja, ocorre o fenômeno da sub-rogação. [...] Note-se que o tema merece uma pesquisa para se analisar sua viabilidade/interesse para a adoção no Brasil.

Quanto aos efeitos que a prisão pode exercer no relacionamento pessoal e afetivo entre alimentante e alimentado, conforme mencionado por Simão no trecho acima, Alexandrino e Moraes (2016, s.p.) reforçam o mesmo pensamento.

Nestes casos, a decretação da prisão torna-se um agravante da situação, já que estando encarcerado, o indivíduo fica impedido de conseguir renda através do trabalho, consequentemente não cumprindo com sua obrigação. Aqui, nota-se que não há o que ser feito a não ser esperar que finde o prazo da sanção (de um a três meses) e que o devedor seja solto ficando sujeito à nova decretação de prisão. Diante dessa situação fática, a prisão não consegue atingir o objetivo de satisfação da obrigação, ficando o credor ainda atingido, gerando apenas discórdia e sentimento de vingança entre os genitores e família do alimentado.

Logo, se a prisão trazer como consequência a perda do emprego do alimentante, restam feridos os princípios que regem a execução de alimentos que pretendem assegurar o melhor interesse do menor. Porque sem uma fonte de renda do alimentante, nenhum interesse do alimentado fica resguardado. E uma vez desempregado, dificilmente encontrará o executado, uma forma de cumprir o dever de prestar alimentos. Resultando novamente em abandono material – e moral – por parte do devedor.

É o que afirma Echevengúá (2011, p. 14) a respeito do desemprego:

A caótica situação reinante pode matar tanto o alimentante como o alimentando. Credor e devedor podem estar no mesmo barco: a morte ronda os dois!

O desemprego desestrutura sociologicamente a família – essencial na reprodução de valores. Os estudiosos demonstram que, após seis meses de desemprego, comportamentos desviantes surgem.

Apesar de todos os problemas enfrentados pelas famílias, os direitos e obrigações condizentes à prestação alimentar devem ser cumpridos. A fome não cessa porque o dinheiro acabou! Sopesados os fatos econômicos geradores de dificuldades nas finanças dos alimentantes, a obrigação alimentar persiste.

Portanto, embora seja delicado o tema alimentos sob a perspectiva de credor e de devedor, a vulnerabilidade em que se encontra o credor prepondera inclusive nas circunstâncias mais adversas do devedor, como é o caso deste se encontrar desempregado, porém não desobrigado de adimplir com seu dever.

Destarte, na utilização do mecanismo da prisão civil, deve ser feita uma ponderação de interesses, haja vista que a execução da obrigação alimentícia, ao possibilitar a coerção pessoal do devedor, coloca em confronto dois direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, quais sejam, o direito à vida e o direito à liberdade. Sopesando os dois direitos, considerando que não são absolutos e ilimitados, a Constituição Federal permite a prisão civil por dívida alimentar com o fim precípuo de evitar a morte daquele que necessita dos alimentos.

Todavia, considerando que, em determinadas circunstâncias, há total ineficácia desse mecanismo de execução, isto é, com a prisão não se estaria de modo algum, protegendo o direito do alimentado, ao contrário, haveria um detrimento do direito à liberdade do devedor sem que se estivesse garantindo a vida do credor necessitado, ficando todos os envolvidos na lide sem o alcance de seus direitos e pretensões, clarifica-se a necessidade de repensar a utilização da prisão civil como medida executiva.

Estas circunstâncias, como anteriormente explicitado por Simão, reclamam do Estado muito mais do que a prestação eficiente da tutela jurisdicional, as quais por vezes, restam lesadas diante do descumprimento da ordem judicial e da falta da prestação alimentícia, antes exigem atitudes proativas, como fora supramencionado no exemplo da implantação do fundo garantidor de pagamento de prestações alimentares portugueses.

Na relação alimentar, compete ao Estado proteger os direitos daqueles que os possuem, buscando evitar lesões irreparáveis em seus sujeitos, sendo um excelente

caminho para isto, a utilização de outras medidas coercitivas que sejam alternativas ao emprego primário da prisão civil.

Ademais, é necessário ainda analisar que ao Estado a prisão civil é um meio executivo bastante oneroso porque o recolhimento de um indivíduo ao sistema prisional enseja considerável dispêndio financeiro, sendo que, mesmo após cumprir o prazo determinado da restrição da liberdade, a dívida ainda subsiste e poderá o devedor voltar a ser recolhido à prisão reiterada vezes por outras parcelas que vierem a vencer, ficando bem nítido que o aprisionamento não é uma garantia de que realmente haverá o adimplemento da obrigação.

Portanto, de acordo com Sales (2015, s.p.), os prejuízos em se efetivar a prisão civil do alimentante superam em muito os possíveis proveitos.

Pois bem, apesar da eficiência na aplicação da sanção privativa de liberdade para ao menos se conseguir um acordo quanto a verba inadimplida, sua efetivação encontra outras barreiras, pois ao se exigir o cumprimento da reprimenda drástica, nos deparamos com problemas estruturais do próprio Estado, notadamente quanto ao local para a privação do corpo do devedor de alimentos [...].

É dizer que, tal medida aproveita muito pouco frente aos enalços de estruturação estatal para garantir que a prisão seja eficiente, sem desconsiderar que as partes processuais em questão, como já exposto, tendem a acirrar ainda mais os desafios diante de tal situação, o que pode tornar a prestação alimentícia muito mais árdua.

2 ALGUMAS MEDIDAS COERCITIVAS ALTERNATIVAS À PRISÃO CIVIL

No que concerne à execução alimentícia interessa destacar a atual tendência no Direito Brasileiro no que se refere à possibilidade de inovações apresentada pelo Código de Processo Civil de 2015, o qual admite a adoção de medidas necessárias pelo magistrado para se efetivar o adimplemento de uma ordem judicial com finalidade de prestação pecuniária, com previsão no artigo 139, inciso IV, CPC.

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

[...]

IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

Silva (2017, p. 4) apresenta algumas destas medidas coercitivas:

[...] ter a dívida encaminhada a protesto extrajudicial; penhora de seus bens, inclusive de valores existentes nas contas vinculadas do FGTS e PIS; desconto de valores em sua folha de pagamento, até o limite de cinquenta por cento de seus ganhos líquidos; ter suspensos seu cartão de crédito, carteira nacional de habilitação e apreensão de passaporte; inscrição de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito [...].

A terminologia adotada pelo Código de Processo Civil de medidas necessárias inclui também as medidas atípicas, e desta maneira, confere uma ampla gama de meios permitidos aos magistrados para efetivar a prestação de alimentos.

2.1 NEGATIVAÇÃO DO NOME DO DEVEDOR

Cumprе salientar aqui acerca da negativação do nome do devedor de alimentos perante os serviços de proteção ao crédito. Essa restrição ao crédito tem abrangência nacional e possui grande eficácia, principalmente, quando se trata daqueles devedores que resistem à citação do processo, bem como dos que não possuem empregos ou bens e, portanto, não são atingidos pela penhora e daqueles que, morando em local incerto e não sabido, não são alcançados pelo mecanismo da prisão civil.

Essa alternativa surgiu com a lei argentina de nº 13.074, e de acordo com Farias e Rosendal (2016, p. 807), a referida lei, criada na cidade de Buenos Aires, instituiu o Registro de Devedores Morosos que tem como função primordial elencar uma lista com o nome dos indivíduos que devem três parcelas seguidas ou cinco

parcelas intercaladas de pensão alimentícia. O registro cuida de sancionar a conduta dos devedores de alimentos, fazendo diversas restrições pessoais que condicionam também atividades como as bancárias e comerciais.

ARTICULO 3.- Todo obligado al pago de cuota alimentaria cuya obligación conste en sentencia firme o convenio debidamente homologado que incumpliera con el pago de tres veces continuadas o cinco alternadas una vez intimado y si no hubiere podido demostrar su cumplimiento deberá ser inscripto inmediatamente por orden judicial y a solicitud de parte mediante oficio al Registro de Deudores Alimentarios Morosos (ARGENTINA, Ley 13.074/2003).¹

Segundo a referida lei argentina, todo aquele que quiser realizar atividades como trâmites bancários, obtenção ou renovação de licença para dirigir, ocupar cargos públicos, postular cargos eletivos, dentre outras atividades, deverá requerer, previamente, um certificado, com validade de 30 (trinta) dias, de que não é devedor de prestação alimentícia.

Destarte, Grisard Filho (2009, p. 8) pontua de forma resumida que:

Com o objetivo de desencorajar o descumprimento da obrigação alimentar que cabe aos filhos menores, foi criado no âmbito da Cidade Autônoma de Buenos Aires pela Lei 13.074, cujo diploma antecedente foi a Lei 269/1999, e regulamentado pelo Decreto 340, de 08 de março de 2004, o Registro de Devedores Alimentários Morosos, que tem como função essencial organizar uma lista na qual figurem todos os que devem, total ou parcialmente, três cotas alimentarias [sic] seguidas ou cinco alternadas, determinadas ou homologadas por sentença. Trata-se de sancionar a conduta morosa por meio de diversas restrições, que condicionam as atividades pessoais, comerciais e bancárias dos devedores recalcitrantes. Todo aquele que desejar realizar diversas atividades, como trâmites bancários (obtenção de crédito, abertura de conta corrente, cartões de crédito), obtenção ou renovação de licença para dirigir, habilitação para abertura de comércio ou indústria, concessões, licenças ou licitações, ocupar cargos públicos ou diretivos de pessoas jurídicas, postular cargo eletivo deverá obter previamente um certificado de que não é devedor registrado, cujo título tem validade por 30 dias. Também deverão exigir o certificado os leiloeiros, os colégios de profissionais, o conselho de magistrados para todos que postulem à magistratura ou servir como funcionários judiciais, as juntas eleitorais, o registro de veículos e de adotantes.

No Brasil, o Código de Processo Civil de 2015, trouxe expressamente no artigo 782, parágrafo 3º, a possibilidade de negativação do nome do devedor no sentido de

¹ ARTIGO 3.- Todo obligado al pago de prestación alimentar cuja obrigação esteja estabelecida em sentença ou acordo devidamente homologado que não pagar três vezes consecutivas ou cinco alternadas uma vez intimado e se não puder demonstrar seu adimplemento deverá ser imediatamente inscrito por mandado judicial e a pedido da parte por meio de petição no Registro de Devedores Alimentários Morosos (ARGENTINA, Lei 13.074 / 2003, tradução nossa).

incluir o cometimento de crédito como medida executória, o que também se aplica na execução de alimentos.

Também tem sido este o entendimento da jurisprudência do Brasil ao garantir a execução através desse instrumento. É o que dispõe, a título de exemplo, o Tribunal de Justiça de São Paulo no julgado abaixo:

AGRAVO REGIMENTAL ALIMENTOS EXECUÇÃO. Pretensão do exequente de inscrever o nome do devedor contumaz de alimentos nos cadastros do SERASA e SPC. Negativa de seguimento por manifesta improcedência. Impossibilidade. Medida que se apresenta como mais uma forma de coerção sobre o executado, para que este cumpra sua obrigação alimentar. **Inexistência de óbices legais. Possibilidade de determinação judicial da medida.** Inexistência de violação ao segredo de justiça, uma vez que as informações que constarão daqueles bancos de dados devem ser sucintas, dando conta apenas da existência de uma execução em curso. Privacidade do alimentante que, ademais, não é direito fundamental absoluto, podendo ser mitigada em face do direito do alimentado à sobrevivência com dignidade. Ausência de violação ao artigo 43 do CDC, uma vez que tal artigo não faz qualquer restrição à natureza dos débitos a serem inscritos naqueles cadastros. Cadastros que, ademais, já se utilizam de informações oriundas de distribuidores judiciais para inscrição de devedores com execuções em andamento, execuções estas não limitadas às relações de consumo. Argumento de que o executado terá dificuldades de inserção no mercado de trabalho que se mostra fragilizado, ante a possibilidade de inscrição de outros débitos de natureza diversa. Manifesta improcedência não verificada. Agravo de instrumento que deverá ser regularmente processado e apreciado pelo Órgão Colegiado, para que se avalie se estão presentes as condições para concessão da medida. Recurso Provido. (Agravo Regimental nº 990.10.088682-7/50000, 3ª Câmara de Direito Privado, rel. desig. Des. Egidio Giacoia, j. 25.5.2010. Fonte: www.tjsp.jus.br, grifo nosso).

A medida coercitiva de negativação dos nomes dos devedores de alimentos mostra-se relevante tendo em vista que o crédito possui papel fundamental na vida do cidadão que depende da confiabilidade para realizar diversas operações financeiras cotidianas de empréstimos e financiamentos.

De acordo com Barros (2013, s.p.), a adoção desta medida pode fortalecer a satisfação creditícia do alimentado.

Diante dessa perspectiva, apresenta-se como um novo mecanismo de coerção dos devedores de pensão alimentícia a inclusão do seu nome nos cadastros de restrição do crédito, tais como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e a Centralizadora dos Serviços Bancários S/A (SERASA), pelo protesto do título que representa a obrigação alimentar, assim como por autorização judicial em ação de execução de alimentos, até o pagamento da dívida, sem prejuízo das demais medidas já asseguradas pela lei, como a penhora dos seus bens ou a decretação da prisão civil do devedor.

Segundo informações do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), a mãe de uma menor propôs uma ação de execução de alimentos em desfavor do pai que, em atraso

com a pensão, fora preso por 60 (sessenta) dias e, mesmo assim, continuava omissa no pagamento. Após a juíza determinar várias maneiras de obtenção dos alimentos, restando infrutíferas, por fim a magistrada deferiu a suspensão da carteira nacional de habilitação, emissão de precatória para inclusão do nome do pai nos cadastros restritivos de crédito - SPC/SERASA.

O caso chegou à Justiça, em junho de 2016, quando a mãe de uma menina de 11 anos propôs ação de execução de alimentos, alegando que o pai da criança encontrava-se em débito com a pensão alimentícia há mais de três meses. A quantia a ser paga havia sido definida na comarca de Jataí, onde foram fixados os alimentos em um salário mínimo e mais 50% dos custos com educação e saúde.

O pai, que é dono de uma microempresa transportadora de caminhões, mesmo sendo informado de tal ação sobre cumprimento de sua obrigação não apresentou justificativa ou comprovação de pagamento, o que resultou na decretação de sua prisão civil por 60 dias, em janeiro de 2017.

[...] o microempresário, mesmo preso, continuou se negando a pagar o débito em questão. [...]

Na ocasião, a juíza autorizou também a pesquisa de bens de propriedade do pai via programas INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD. Após buscas nos sistemas de informações, constatou-se que ele havia retirado e transferido os bens de sua propriedade e que suas contas bancárias estavam zeradas.[...]

Para buscar “coagir” o pai a efetuar o pagamento, a juíza Vânia Jorge da Silva, nos termos do artigo 139 inciso IV do Código de Processo Civil, deferiu parcialmente as medidas coercitivas, o que culminou na suspensão da CNH de R.P. Além da **emissão de precatória para que possa ser incluído o nome do pai nos cadastros restritivos de crédito (SPC/SERASA)** (VIEIRA, 2017, s.p., grifo nosso).

Logo, impor restrições ao crédito do devedor de prestação alimentícia pode ser considerado um importante mecanismo de coerção utilizado na execução de alimentos. Trata-se, portanto, de um meio diligente de pressão sobre o executado que, sofrendo restrições severas, se esforçará para arranjar meios de saldar a dívida alimentícia.

2.2 SUSPENSÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CNH), DE CARTÕES DE CRÉDITO E APREENSÃO DE PASSAPORTE

Consideradas três formas atípicas de execução, estas medidas são caminhos que podem ser seguidos dentro do processo civil para garantir que devedores cumpram as decisões judiciais em que são condenados a prestarem alimentos.

A adoção dessas medidas atípicas de execução parte do pressuposto que em determinadas situações a penhora e a expropriação não se mostram efetivas. É o que apresenta a Defensoria Pública de São Paulo, ao trazer em suas notícias uma matéria

sobre uma das várias ações judiciais que resultou na aplicação da suspensão da carteira nacional de habilitação e dos cartões de crédito do alimentante inadimplente:

A Defensoria Pública de SP obteve uma decisão do Tribunal de Justiça (TJ-SP) que determina a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de um homem que nunca pagou pensão alimentícia para sua filha, hoje com cerca de 2 anos de idade. Embora a Defensoria Pública já tenha obtido diversas decisões semelhantes em primeira instância, é a primeira vez que se divulga uma decisão do TJ-SP que reconhece essa possibilidade.

Segundo consta no processo, a prisão civil deste homem já havia sido determinada em setembro de 2016. No entanto, o mandado de prisão nunca foi cumprido, em virtude das dificuldades em localizá-lo. Dessa forma, a mãe da criança, que trabalha como auxiliar de limpeza, tem sido a única a empreender esforços para prover a subsistência da filha. "O executado nada paga à filha, mas há indícios de que frequentemente circule com veículo automotor, para diversas atividades e viagens ao Nordeste, e de que utilize cartão de crédito para compras pessoais e supérfluas", afirmou a Defensora Pública Cláudia Aoun Tannuri, no recurso enviado ao TJ-SP.

Cláudia também aponta que "se o juiz pode impor ao executado de alimentos a medida mais gravosa de privação da sua liberdade, com o fim de forçá-lo à satisfação da dívida, também pode determinar a medida menos gravosa de suspensão da sua CNH como forma de facilitar a sua localização e tornar efetivo o cumprimento da ordem judicial, sobretudo considerando a natureza especial e relevante da dívida alimentícia".

Na decisão do TJ-SP, os Desembargadores da 4ª Câmara de Direito Privado consideraram que o novo Código de Processo Civil dá amplos poderes ao juiz, "com intuito de tornar efetivo o cumprimento da decisão judicial, em prestígio não só ao Poder Judiciário como também do jurisdicionado, que vê o seu direito concreto transformar-se em abstrato pela impossibilidade de a decisão judicial ser cumprida". Dessa forma, determinaram a suspensão da CNH do devedor de alimentos, até que se efetive e se cumpra a ordem judicial de prisão do homem (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017, s.p.).

A suspensão de cartões de crédito e também da carteira nacional de habilitação são formas de pressionar quem está com o nome sujo na praça a quitar o débito o quanto antes. No entanto, apesar da previsão legal, no artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil que autoriza tal medidas, é preciso respeitar o direito de quem está pendente.

Diante da escusa pretensão de não prestar o direito a alimentos ao credor, mesmo possuindo condições para tanto, a suspensão da carteira nacional de habilitação, cartões de crédito e do passaporte se mostram bastante úteis.

O advogado João Prudêncio é um dos que já aderiram ao instrumento. Ele solicitou a retenção da CNH, do passaporte e o bloqueio dos cartões de crédito de um médico, que deve mais de R\$ 200 mil de pensão alimentícia do filho.

"Ele estava sendo omissos ao pagamento e estava transferindo bens para terceiros para não cumprir com sua obrigação. Com essa nova legislação, o juiz poderá utilizar de todos os artifícios para salvar a dívida em benefício

do credor, especialmente quando fica nítido que o devedor está usando meios escusos para fugir de suas responsabilidades” (COSTA JUNIOR, 2016, s.p.)

No entanto, essas medidas não podem ser generalizadas. Ou seja, é necessário ter em vista que cada caso é singular, e dessa forma, é preciso analisá-lo com critério. É o que aponta Ustárroz (2017, s.p.):

A sua aplicação, contudo, deve ser precedida da análise de sua pertinência no caso concreto. Não deve ser mecânica. Por ilustração: não haverá sentido em se retirar a CNH de um taxista ou de qualquer outro motorista profissional (Uber/Cabify, etc.).

Desta maneira, a medida coercitiva de aprisionamento pode ser substituída pela aplicação de medidas atípicas como as apresentadas aqui, pois aquela precisa ser utilizada em casos extremos por conta da grave lesão ao direito personalíssimo de ir e vir assegurado pela Constituição Federal, sua indicação é cabível após reiteradas tentativas infrutíferas de se resolver o débito, sobretudo quando o credor alimentício percebe que o devedor leva um estilo de vida inadequado para quem se nega a quitar as pendências alimentares.

2.3 APLICAÇÃO DE MULTAS OU ASTREINTES²

Dentre os instrumentos coercitivos, destaca-se a possibilidade da imposição de multa ou astreinte ao devedor de alimentos. Estabelecida em lei, em diversos artigos do Código de Processo Civil, muitas vezes, essa técnica revela-se eficiente meio de pressão sobre o devedor que, vendo sua dívida aumentar em decorrência de sua própria morosidade busca meios que acelerem o cumprimento da obrigação.

O próprio Código de Processo Civil, no artigo 77, inciso IV e no parágrafo 2º, define, enquanto dever dos envolvidos no processo, que a decisão judicial, uma vez descumprida pode vir acompanhada da aplicação de multas.

Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:
[...]

² É a penalidade imposta ao devedor, consistente em multa diária fixada na sentença judicial ou no despacho de recebimento da inicial, relativa a obrigação de fazer ou de não fazer. A astreinte tem por finalidade o constrangimento do devedor para fazer cumprir o estipulado na decisão judicial ou no título, sendo que quanto mais tempo ele demorar para pagar a dívida, maior será seu débito.

IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação;
[...]

§ 2º A violação ao disposto nos incisos IV e VI constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.

Nesse caso, a imposição judicial da sanção pecuniária, faria com que o devedor, coagido ao pagamento e sem estar privado de sua liberdade, buscasse meios de saldar a dívida perante o alimentado.

Nesse sentido lecionam Farias e Rosenvald (2016, p. 806):

No uso das astreintes, contudo, o magistrado deve estar atento ao grau de descumprimento obrigacional. Isto porque não é, a toda evidência, razoável dispensar ao devedor recalcitrante e contumaz o mesmo percentual de multa imposto a um devedor eventual. Assim, utilizando dos permissivos do art. 538 do Código de Processo Civil, o juiz poderá controlar a multa aplicada [...]

É o que tem entendido o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS E ASTREINTES - INCLUSÃO NA COBRANÇA DAS PARCELAS VINCENDAS - QUEBRA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - INOCORRÊNCIA - DECISÃO QUE FIRMA A COBRANÇA CONTRA A QUAL SE INSURGE - PRELIMINAR INDEFERIDA - MÉRITO - POSSIBILIDADE DA COBRANÇA DAS PARCELAS VINCENDAS - INTELIGÊNCIA DO ART. 290, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO (Relatora Juíza Substituta em 2º grau Angela Maria Machado Costa. 06 de novembro de 2011. Curitiba, PR, 2011, grifo nosso).

Contudo, nem todas as obrigações comportam o uso de astreinte como meio coercitivo.

[...] as astreintes são usualmente fixadas em decisão interlocutória ou em sentença que impõe uma obrigação de fazer, não fazer e de entrega de coisa. Realmente, não faria muito sentido o seu estabelecimento quando se tratar de obrigação de pagar, pois já há outro meio executivo mais eficiente, embora de sub-rogação, que seria a penhora. Além disso, se a obrigação de pagar já não está sendo honrada, um meio executivo que cria uma outra obrigação de pagar gera fundadas dúvidas se será obedecido ou não. A doutrina, de uma forma geral, vem repudiando a fixação de astreintes em obrigação de pagar (HARTMANN, 2011, p. 229-230).

Ainda assim, este tem sido um modo recorrente de coerção do devedor, tanto que “[...] representam o meio executivo ou meio de coerção mais largamente empregado [...]”, segundo prediz Hartmann (2011, p. 229). Por isso, seu emprego

deve ser compreendido como um modo de forçar o pagamento de alimentos antes da efetivação da prisão civil.

2.4 PENHORA ON-LINE

A conceituação de penhora *on-line* para Gonçalves (2013, p. 569) “é a que se realiza por meio de comandos emitidos às unidades supervisoras das instituições financeiras, para que sejam bloqueadas as contas bancárias do devedor, no País”.

A despeito da penhora *on-line*, Pereira (2009, p. 80) faz o seguinte apontamento:

Com a medida de utilizar a penhora *on-line* como alternativa à segregação, pensa-se em assegurar (quando possível) tanto que o credor receba a prestação pecuniária quanto que o devedor pague a dívida e não opte por cumprir a (ou fugir da) segregação, providência que só protela a entrega da prestação jurisdicional.

Logo, depreende-se que a prisão é uma ferramenta em último caso a utilizar-se o credor alimentício por ser uma medida extrema e, por vezes, ineficiente. Portanto, considerando que a satisfação creditícia alimentar nem sempre pode ser alcançada por meio da prisão, esta carece de ser superada por modelos outros que de fato tragam solução à lide familiar, o que pode se dar por meio da penhora *on-line*.

De outro lado, com a penhora *on-line* não se busca apenas a garantia do juízo. Não. Pretende-se o uso de um meio executivo possivelmente mais adequado à solução da lide, porquanto a constrição de dinheiro (coerção direta) constitui medida satisfativa que garante a entrega do bem da vida perseguido pelo credor, ao passo que a prisão do devedor (coerção indireta) não assegura, plenamente, a satisfação do crédito alimentar, isso diante de uma possível renitência do executado, mesmo com o cumprimento da ordem de segregação. (PEREIRA, 2009, p. 83).

Deste modo, parece a penhora *on-line* ser uma medida alternativa coercitiva mais eficiente do que a prisão civil. O que é também vislumbrado por Reis e Rodrigues Júnior (2016, p. 143), os quais percebem a urgência do alimentado em ver seu crédito adimplido.

Assim, impende repensar nas atuais técnicas executórias, em especial no modo coercitivo, a fim de buscar novas alternativas para a satisfação do débito alimentar e redução dos incalculáveis prejuízos ao alimentado em razão da inadimplência.

No dizer de Dias (2015, s.p.), a penhora *on-line* é uma ferramenta a ser utilizada até mesmo antes da citação do devedor.

Para assegurar a constrição de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, cabe a penhora *on line* (CPC 854): é realizada pelo próprio juiz, por meio eletrônico, junto ao Banco Central – Bacen, dos valores existentes em contas e aplicações financeiras, até o valor do débito. A penhora *on line* deve ser levada a efeito antes mesmo da citação do devedor, para evitar que ele, mediante alguma “pedalada”, faça desaparecer o numerário que dispõe. Impositivo que se crie um sistema para que a penhora de cotas sociais, de imóveis e de veículos também ocorra de forma eletrônica.

Reforçando o que é ensinado por Dias, Dellore (2016, s.p.) afirma que o emprego da penhora *on-line* antes da citação para ser possível deve obedecer a alguns requisitos, como se pode ver:

[...] nada obsta que a parte exequente formule pedido de tutela de urgência cautelar (NCPC, art. 301), de modo que ocorra a constrição antes da citação. Desde que presentes, por certo, os requisitos para a tutela de urgência, a saber: probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. (NCPC, art. 300).

Assim, na inicial do processo executivo, se o exequente alegar e provar essa situação, poderá o juiz deferir a constrição antes mesmo da citação.

Ocorre que, nas tutelas provisórias de urgência com pedido de alimentos, garantir a constrição do valor por meio da penhora *on-line* é uma forma de prevenir o descumprimento do credor ao abandonar materialmente o alimentante. É por isso que, embora em fase processual anterior à instrução probatória, basta a comprovação de probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

É dizer que, admitir a penhora *on-line* nas tutelas provisórias de urgência, é conceder ao credor alimentício uma forma de prevenção de que o devedor ao usar de má-fé, esvazie as contas bancárias para esquivar-se de sua obrigação.

Diz o artigo 854 que o ato de apreensão online dos ativos financeiros serão realizados [sic] sem a ciência prévia do executado. Assim, frise-se, segundo o modelo constitucional de processo, antes mesmo de proceder a citação do executado (no processo de execução) ou a sua intimação (no cumprimento de sentença) proceder-se-á a realização do ato de apreensão dos ativos financeiros pela forma descrita no dispositivo. A inovação é importante pois normalmente a citação ou intimação prévia permitia que o executado esvaziasse suas contas bancárias tornando infrutífero o ato de penhora (ABELHA, 2016, s.p.).

Por efeito, garantir a satisfação do crédito alimentar sem restringir a liberdade do devedor por meio da penhora *on-line* é um mecanismo que, embora simples, mostra-se muito útil.

2.5 USO DE TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS

Não obstante, a utilização de tornozeleiras eletrônicas serem amplamente difundido no âmbito criminal, no Paraná, quatro decisões foram proferidas recentemente facultando ao devedor de alimentos o uso daquelas em uma atitude inédita no país. Três das quatro decisões conseguiram o adimplemento da obrigação de prestar alimentos e uma decisão resultou em restrição de liberdade.

Inovação igual a esta, de acordo com Camargo e Bürger (2016, p. 21-22), “trata-se, em verdade, de nova tecnologia colocada à disposição do Poder Judiciário para solver o calvário das execuções de alimentos.”

Consoante as palavras de Machado (2016, s.p.), a adoção das tornozeleiras eletrônicas “[...] comprova que a medida se fez mais efetiva que a tradicional ordem de prisão, cujo mandado leva meses para ser cumprido, quando o é.”

O uso da tornozeleira foi uma alternativa aplicada com a anuência do devedor. Após ele ser intimado para comparecer ao Departamento Penitenciário - Depen-PR - e colocá-la, em data predeterminada, sob pena de, não o fazendo, ter imediatamente decretada a ordem de prisão em regime fechado.

Essa facultatividade deixa claro como a técnica é aplicada àqueles devedores que de fato não conseguiram realizar o pagamento, e não àquele devedor contumaz, que simplesmente ignora a execução e recusa-se a colaborar. A esses não restará alternativa senão a prisão em regime fechado.

[...]

É, sem dúvida, mais um passo à construção de uma jurisprudência mais humana, atenta a realidade social e comprometida com a concreção do projeto constitucional de uma sociedade justa e solidária (MACHADO, 2016, s.p.).

A ferramenta em estudo, concede ao juiz uma alternativa para os casos em que a prisão civil do alimentante se mostre desarrazoada, muitas vezes em prejuízo do próprio alimentado.

Já se sabe que a prisão por alimentos objetiva tão somente o adimplemento do débito alimentar pelo devedor, uma vez que o temor do cárcere constitui um meio de convencimento. Entretanto, quando o devedor, ainda assim, não

pode saldar a dívida, essa coação acaba por constituir um fim em si mesma, sem produzir os resultados úteis almejados no processo de execução (ALVES, 2015, p. 195).

É dizer que, o uso de tornozeleira eletrônica na seara dos alimentos oportuniza uma influência comportamental que leva ao adimplemento do débito de maneira muito mais eficiente ao credor e muito menos onerosa ao alimentante e ao Estado.

A primeira decisão determinando o uso das tornozeleiras ocorreu no Paraná e foi proferida pela juíza Luciana Varella Carrasco, da 7ª Vara de Família de Curitiba. Sendo que o débito fora quitado após a intimação do devedor. As outras três foram da lavra da juíza Maria Cristina Franco Chaves, da Vara de Família e Sucessões de Araucária/PR. Em dois dos casos, houve igualmente o imediato pagamento do débito.

A terceira das decisões proferidas pela juíza Maria Cristina Franco Chaves foi a primeira em todo o estado do Paraná a ser efetivamente cumprida. No caso concreto, o devedor não possuía recursos para o pronto pagamento, mas teve, mesmo com sua liberdade restringida pelo monitoramento eletrônico, um derradeiro período de tempo no qual pode buscar meios que lhe permitiam pagar a dívida alimentar, sendo ao final do período designada audiência de conciliação que viabilizasse tal desiderato.

A medida, embora incomum, demonstrou-se eficiente, atendendo muito bem aos princípios que permeiam a execução, com destaque para o da menor onerosidade ao devedor e dignidade da pessoa humana.

Em que pese o acúmulo de mandados sem cumprimento e os vários credores que conseguem satisfazer seu crédito, os juízes, em parceria com o Departamento Penitenciário (Depen), criaram tal alternativa, igualmente eficiente à satisfação do crédito alimentar (MACHADO, 2016, s.p.).

Visto como algo inédito no país, a restrição de liberdade do devedor por meio do monitoramento eletrônico por tornozeleiras demonstra a necessidade de se buscar soluções que de fato tragam satisfação naqueles litígios de natureza alimentar, nos quais há exigência de um novo posicionamento de juízes, advogados e das partes processuais. “No Paraná, tal prática se tornou viável pela disponibilidade material dos equipamentos e pela coragem inovadora de juízes sem medo de ousar (MACHADO, 2016, s.p.)”.

Além de ser mais um meio coercitivo anterior à decretação da prisão em regime fechado, e que não a exclui, o uso de tornozeleiras eletrônicas possibilita ao devedor

a continuidade de sua atividade laborativa, auferindo com ela a renda necessária ao pagamento de suas obrigações alimentares. Sendo, portanto, bastante eficiente no que concerne à efetivação do princípio da paternidade responsável, sem deixar de garantir a dignidade da pessoa humana ao devedor, que mantém sua garantia de ir e vir, com menor restrição do que se aprisionado.

É no mínimo inocente acreditar que o devedor de alimentos, com emprego formal, que já não conseguiu adimplir valores atrasados, uma vez preso e com o contrato de trabalho suspenso, conseguirá pagar, além dos alimentos atrasados, também os alimentos que se vencerem durante a execução, já que continuará auferindo renda. E aí a pergunta: quem perde com a prisão em regime fechado? Por certo, o próprio credor dos alimentos (MACHADO, 2016, s.p.).

Nestas situações excepcionais faz-se imprescindível ao Poder Judiciário valer-se de novas tecnologias para se adequar à realidade vivida. Portanto, na busca desta adequação e, considerando o dinamismo que as famílias contemporâneas possuem, formando-se e dissolvendo-se com facilidade, é preciso pensar que um pai, devendo alimentos aos filhos de um primeiro casamento, pode constituir nova família, com novos filhos, e tornar-se o único responsável pela criação destes. Hipótese em que tal realidade “[...] não pode ser ignorada, de difícilíssima solução, mas que se resolve por meio da utilização de monitoramento eletrônico” (MACHADO, 2016, s.p.).

A inovação chegou ao Conselho da Justiça Federal, na VII Jornada de Direito Civil, o qual aprovou o enunciado nº 599 que faculta ao magistrado aplicar medidas coercitivas diversas da prisão em regime fechado em hipótese de até mesmo alimentos avoengos³.

Desta feita, a inovação da medida aponta a necessidade de repensar formas eficientes de cumprimento do dever de alimentar, formas estas que assegurem ao credor o adimplemento e, ao devedor, a proteção de suas garantias fundamentais.

³ Alimentos prestados pelos avós.

2.6 MODELOS DE MEDIDAS EXISTENTES EM LEGISLAÇÃO ALIENÍGENA

2.6.1 Fundo estatal garantidor de pagamento

Na Espanha, no ano de 2005, foi publicada uma lei (Lei nº 15/2005) que altera o Código Civil daquele país e dispõe sobre a criação de um fundo de garantia e assistência que visa cobrir pensões, estabelecidas por acordo ou decisão judicial, devidas aos filhos menores de idade.

A recente lei espanhola, nº 15/2005, de 08 de julho de 2005, publicada no B.O.E. de 09.07.05, que modifica o Código Civil em matéria de separação e divórcio, introduz disposição adicional, dispondo [...] da criação de um fundo de garantia para a cobertura de pensões devidas a filhos e filhas menores de idade, estabelecidas por acordo homologado ou decisão judicial inadimplidos (GRISARD FILHO, 2009, p. 9).

Já em Portugal, desde 1998, também existe um fundo de garantia de alimentos devidos a menores. Nesse fundo de garantia português, quando uma pessoa é judicialmente obrigada a prestar alimentos a menores e não se encontra em condições de pagá-los, o Estado assegurará o pagamento das prestações, ficando sub-rogado nos direitos do credor alimentando, passando a execução a correr em favor do Estado.

Um tal Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores pontifica no direito português desde a Lei nº 75, de 19 de novembro de 1998, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 164, de 13 de maio de 1999. **Quando a pessoa judicialmente obrigada a prestar alimentos a menores não estiver em condições de satisfazê-los** [sic] pelas vias previstas no Decreto-Lei nº 314, de 27 de outubro de 1978 (Organização Tutelar do Menor), **o Estado assegura o pagamento das prestações previstas, em valores que serão fixados pelos tribunais e que perdurarão enquanto se verificarem as circunstâncias subjacentes à sua concessão e até que cesse a obrigação a que o devedor está obrigado** (GRISARD FILHO, 2009, p. 9, grifo nosso).

De acordo com a Segurança Social de Portugal a prestação de alimentos realizada em substituição do alimentante inadimplente é devida às crianças e adolescentes até os 18 (dezoito) anos:

O Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores (FGADM) assegura o pagamento das prestações de alimentos, em substituição do pai/mãe faltoso(a), no caso de incumprimento desta obrigação.

A prestação de alimentos devida a menores destina-se a crianças ou jovens até aos 18 anos de idade e tem como objetivo garantir a subsistência do menor.

É uma prestação em dinheiro paga mensalmente que considera o valor referente ao sustento, habitação, vestuário do alimentado/menor e, também, a sua educação (PORTUGAL, 2013, s.p.).

Esse meio tem se mostrado bastante eficaz, posto que não desampara o alimentado necessitado e, ao mesmo tempo, não restringe demasiadamente o devedor alimentante através da prisão. Todavia, torna-se o alimentante um devedor do Estado, o qual ainda que sem o uso da coerção pessoal, passa a sofrer uma execução mais rigorosa.

Nas palavras de Faria (2016, s.p.), o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores pressupõe que uma vez readquirido o poder econômico dos genitores, estes devolvam os montantes pagos pela Segurança Social.

A Segurança Social portuguesa ainda esclarece as hipóteses em que a prestação pode ser cancelada:

A prestação é cancelada se:

- O representante legal do menor ou a pessoa à guarda de quem se encontre passa a ter rendimentos suficientes, ou seja, superiores ao estipulado por lei;
- Não houve renovação do pedido;
- A pessoa que ficou obrigada a pagar a prestação de alimentos ao(s) filho(s) passa a efetuar o pagamento da prestação de alimentos;
- O jovem atingiu a maioridade, independentemente de se encontrar a estudar, e;
- Ainda que menor de 18 anos, se o jovem tiver condições de suportar, pelo produto do seu trabalho ou outros rendimentos, o encargo do seu sustento (PORTUGAL, 2013, s.p.).

Como se vê, as legislações espanhola e portuguesa têm apresentado, de maneira inteligente, alternativas à execução de alimentos sem que seja necessário o uso da prisão civil do devedor, até porque esta, em muitos casos, não é eficaz para satisfação da dívida alimentícia.

2.6.2 Inscrição em registro de devedores

Como outrora mencionado, essa medida tem origem argentina com a lei de nº 13.074, a qual instituiu o Registro de Devedores Morosos em Buenos Aires. Tal medida equivale aqui no Brasil a negativação do nome em serviços de proteção ao crédito e tem-se mostrado bastante eficiente, posto que, este modelo tem sido bastante copiado em outros países como um método de coerção sobre os devedores alimentícios.

3 PRISÃO CIVIL E OUTRAS MEDIDAS COERCITIVAS EM NÚMEROS

Uma vez compreendidos os conceitos anteriormente abordados a respeito da prisão civil alimentícia e tendo em vista que,

A prisão civil por dívida de alimentos é medida excepcional, empregada em casos extremos, diante da contumácia, obstinação, teimosia, rebeldia do devedor que, embora possua meios necessários para saldar a dívida, procura protelar a quitação. A prisão é uma sanção a quem viola o pacto da legalidade. Sendo a medida necessária para conscientizar o devedor/alimentante de seu dever de sustentar o alimentando/a. Infelizmente ainda ocorre que aquele que gera somente repassa a verba alimentar devida a seus filhos diante da perspectiva de ser aprisionado, não podendo então, de outra forma o julgador tirar a urgência quando a situação se tratar de prestação alimentícia (FORNEA, 2011, p. 42).

Cumpra agora analisar alguns levantamentos realizados em diversas localidades do país, para então, conhecer sobre a efetividade ou não deste instrumento executório.

3.1 DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A PRISÃO CIVIL

Pinheiro (2016, s.p.) apresenta algumas informações quanto aos mandados de prisão emitidos no estado de São Paulo:

Interessante salientar uma notícia divulgada, no ano de 2011, pelo Jornal da Tarde de São Paulo, que mostrou que o número de pais devedores de pensão alimentícia foragidos, no Estado de São Paulo, equivale a 20 vezes o número de presos em um centro de detenção provisória. O noticiário afirmou, ainda, que a Polícia Civil, no referido estado acumula, atualmente, 26.200 (vinte e seis mil e duzentos) mandados de prisão a serem cumpridos contra pais e mães que não pagam as prestações de alimentos devidas aos filhos. Os números são surpreendentes e apontam, além da ineficácia do próprio decreto prisional que permite que o devedor se esquive da ordem, os problemas administrativos a serem enfrentados pela polícia quando da execução daqueles.

Segundo o Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM-, em São Paulo 25% dos foragidos da polícia são por falta de pagamento da pensão alimentícia.

[...] na consulta formulada pelo IBDFAM, foram levados ao conhecimento do CNJ alguns dados estatísticos, dentre eles os constantes na Divisão de Vigilância e Capturas da Polícia Civil do Estado de São Paulo, obtidos em maio de 2016. “Nele consta que, à época, havia 27.413 mandados de prisão civil (expedidos em Ações de Execução de Alimentos) pendentes de cumprimento, somente no Estado de São Paulo. Estima-se que um em cada

quatro foragidos da Justiça Paulista seja devedor de pensão alimentícia (INSTITUTO, 2017, s.p.).

Em Santa Catarina, Piovesan e Suski (2016, p. 8) apresentaram alguns dados para mensuração da efetividade da prisão civil alimentar em três municípios, durante os anos de 2013 a 2015. Onde foi identificado

[...] o mapeamento de 23 (vinte e três) execuções de alimentos com mandado de prisão efetivamente cumprido para aplicação do roteiro de pesquisa de campo previamente elaborado, sendo 7 (sete) em 2013, 12 (doze) em 2014 e 4 (quatro) em 2015.

A pesquisa foi realizada em três municípios de pequeno porte populacional do estado de Santa Catarina, cuja projeção da população no ano de 2015 foi emitida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. “A sede do Juízo é em Itapiranga, que possui população de 16.398 habitantes, seguida de São João do Oeste, com 6.260 e, por fim, Tunápolis, com 4.628 habitantes [...]” (PIOVESAN; SUSKI, 2016, p. 12).

Na análise da pesquisa, apresentou-se uma perspectiva interessante quanto aos efeitos da prisão civil:

Conforme dados obtidos nas execuções de alimentos com mandado de prisão cumprido no período de 2013 a 2015, 68% (sessenta e oito por cento) dos devedores adimpliram o débito alimentar imediatamente após o aprisionamento e outros 9% (nove por cento) fizeram acordo, com pagamento parcial e/ou parcelado. Os dados levantados apontam para a conclusão de que a medida de cerceamento da liberdade se revela efetiva, uma vez que seu objetivo primordial é constranger o devedor de alimentos, de maneira coercitiva, a satisfazer, imediatamente, as necessidades básicas do alimentando (PIOVESAN; SUSKI, 2016, p. 20).

Muito embora se evidencie a efetividade da prisão civil enquanto medida cujo objetivo é coagir o devedor a pagar a prestação alimentícia devida na realidade daquela localidade, Piovesan e Suski (2016, p. 20) concluem que, por restar um número expressivo de devedores que mesmo presos, ainda assim, não adimpliram com a obrigação, emerge a necessidade de buscar outras formas de satisfação do crédito alimentar.

No entanto, deve ser observado que 23% (vinte e três por cento) dos alimentantes, mesmo com a aplicação dessa medida restritiva tão gravosa, não efetuaram o adimplemento da obrigação. Ousa-se expor que tais

elementos assinalam a necessidade de um estudo acerca de outras medidas para garantir que o alimentado tenha seu direito aos alimentos concretizado.

Assim como nos estados de São Paulo e Santa Catarina, em Minas Gerais, os indicadores mensurados na utilização da prisão civil nas execuções de alimentos sinalizam a urgência de se pensar em inovações que realmente garantam o pagamento, haja vista que nem mesmo com o emprego do meio mais severo de execução, a prisão civil, os devedores continuam sem intimidação, com números ascendentes a cada ano.

O já combalido sistema penitenciário de Minas Gerais está cada vez mais sobrecarregado pelo aumento significativo das prisões decorrentes da inadimplência no pagamento do benefício, que já chegam a quase um sexto de todas as detenções no estado em janeiro. Foram 1.885, incluindo 307 (16%) por ausência de quitação do benefício, segundo a Secretaria de Estado de Defesa Social. E a situação fica ainda pior se se considerar que esse total só perde para as prisões em flagrante ou preventivas, já que supera o número de detenções por condenações pela Justiça, que foram 306. Levantamento da secretaria indica ainda que, em todo o ano passado, a falta de pagamento de pensões levou para a cadeia 4.927 pessoas, enquanto outras 4.678 deram entrada no mesmo período via sentença condenatória. O total de detenções no estado foi de 106.859, sendo que 94,1 mil foram encaminhadas aos presídios em flagrante e por mandado de prisão preventiva. Somente as detenções por inadimplência foram responsáveis por quase 5% do total no ano passado (PRATES, 2015, s.p.).

Realidade semelhante também é experimentada por muitas famílias pernambucanas que buscam no Poder Judiciário a tutela para proteger a sobrevivência dos alimentados.

De acordo com dados do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), 48.080 processos envolvendo pensão alimentícia tramitam no Estado. O número de pedido de prisão por atraso no pagamento, de janeiro a setembro de 2016, foi de 1.069, 6,6% maior do que o mesmo período de 2015, quando foram feitos 1.002 pedidos de prisão por falta de pagamento de pensão alimentícia (CRESCE, 2017, s.p.).

Em janeiro de 2013, o Instituto Brasileiro de Direito de Família- IBDFAM-, divulgou em seu sítio virtual o número de presos por pensão alimentícia em 14 estados e no Distrito Federal. Segundo o IBDFAM,

Os números, obtidos em datas diversas no decorrer do primeiro semestre de 2012, mostram que São Paulo registrava 499 presos em janeiro de 2012. O Distrito Federal com 234 presos (Janeiro e Fevereiro de 2012), Minas Gerais (228), Paraná (102), Santa Catarina (98), Rio de Janeiro (37) e Espírito Santo (24).

As regiões Norte e Nordeste têm o menor número de prisões. Amazonas e Maranhão não registraram nenhum preso em fevereiro de 2012. Roraima, Paraíba e Alagoas registraram um preso apenas, Pernambuco (6), Pará (9) e Mato Grosso (32). Os dados foram fornecidos em datas aleatórias pelas secretarias de Estado de Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, entre outras, dos respectivos estados (INSTITUTO, 2013, s.p.).

O acúmulo de ordens de encarceramento que decorrem da ausência de pagamento da pensão alimentícia é um fato que se assemelha em diversos estados, pois no Paraná, a realidade a respeito da prisão civil segue a mesma tendência do estado de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e outros.

No Paraná, a realidade não é diferente. Em consulta realizada ao sistema e-mandado em 05/12/2016, verificou-se a existência de 4.892 mandados de prisão vigentes expedidos em execuções de alimentos e que ainda aguardam cumprimento (CAMARGO; BÜRGER, 2016, p. 3-4).

Tal realidade auferida por meio dos dados estatísticos demonstra a necessidade em se estudar os fenômenos jurídicos da execução alimentícia e a prisão civil alimentar à luz da Constituição, a fim de se obter inovações capazes de trazer a satisfação da obrigação com a menor onerosidade às partes processuais que seja possível, já que a tendência percebida por meio dos dados é de um aumento significativo nas emissões de mandados de prisão e no seu cumprimento que abarrotam o já precário sistema penitenciário brasileiro.

3.2 EFETIVIDADE NA APLICAÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS COERCITIVAS SUBSTITUTAS DA PRISÃO CIVIL ALIMENTAR

3.2.1 Penhora *on-line*

Diversas são as medidas coercitivas alternativas à prisão civil, como se viu no capítulo anterior com alguns exemplos apresentados. No emprego de tais medidas muitos são os doutrinadores que defendem a efetividade da penhora *on-line*. A este respeito, Araújo, Matos e Pinto (2013, s.p.) aduzem que:

[...] destacou-se a importância do instituto da penhora on line e o posicionamento de diversos autores quanto a sua aplicação. Concorde-se aqui com tais autores, e em especial com André de Luiz Correia (2005), e defende-se o uso da penhora on line como meio eficaz de satisfação da

demanda executiva, e que, vale enfatizar, não representa qualquer afronta ao princípio da menor onerosidade da execução, tendo em vista que as garantias do devido processo legal são devidamente respeitadas.

Nas palavras de Elpídio Donizetti (2011, p. 965), “venceu a tese mais comprometida com a efetividade do processo, não obstante a recalcitrância de alguns operadores do direito. A penhora por meio eletrônico agora é lei. Chega de passar a mão na cabeça dos maus pagadores”.

Bittencourt (2012, s.p.) assevera que a efetividade da penhora on-line é inegável, haja vista que além de conferir maior celeridade ao processo, a medida mostrou-se eficaz para concretizar a decisão judicial.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, as ordens de bloqueio através do sistema alcançaram a quantia de cerca de 20 bilhões de reais em 2010, sendo que R\$ 12,9 penhorados pelos juízes estaduais – mais da metade. Os especialistas imputam o patamar elevado atingido à extensão do convênio também às cooperativas de crédito, a partir de abril do ano passado. Certo, mesmo é que o sucesso da medida é inegável.

Como corolário maior do instituto adveio a moralização do Poder Judiciário, possibilitando às partes uma justiça mais célere e eficaz, na conversão em realidade do provimento judicial proferido no caso em concreto, atendendo, principalmente, aos princípios da celeridade processual e da efetividade, com vistas a paz social.

Deste modo, clarifica-se a efetividade da penhora *on-line* enquanto medida coercitiva empregada nas ações executórias, as quais englobam as ações de alimentos que podem obter a satisfação do crédito alimentar sem restrição da liberdade do credor nas hipóteses em que este não se mostre contumaz e recalcitrante.

3.2.2 Multas e astreintes

Apontada como a medida mais utilizada na execução pelo Poder Judiciário, a aplicação de multas e astreintes é vislumbrada como uma ferramenta bastante útil em desfavor de devedores que se recusam a cumprir sua obrigação.

Para Melo (2015, s.p.), a utilização de multas e astreintes nas execuções constitui um cuidado para proteção do credor e do próprio Poder Judiciário.

Muito embora os avanços mencionados tenham proporcionado celeridade ao procedimento, merece destaque o surgimento do instituto da astreinte, importante instrumento utilizado pelo magistrado a fim de coibir a procrastinação indevida do cumprimento de decisões impostas pelo Judiciário.

Com relação ao referido instituto, vale dizer que o sistema jurídico brasileiro vem reforçando, a cada dia, a relevância de sua aplicação.

A fixação de multa periódica tem se mostrado um instrumento eficaz nos casos em que o único obstáculo existente ao cumprimento de uma decisão judicial é a resistência ou o descaso da parte contrária.

O inadimplemento do executado, todavia, não atinge apenas a parte autora, mas também o próprio Judiciário, o qual deve prezar ao máximo pelo respeito e autoridade de suas decisões.

Nesse sentido, destaca Carneiro (2007, p. 28) que a multa “visa compelir [...] ao pronto adimplemento, desestimulando as usuais demoras para ganhar tempo”, o que se apresenta como uma ferramenta muito positiva a fim de assegurar a satisfação ao credor o quanto mais rápido seja possível.

Embora careça de mensuração concreta, a utilização de “[...] multas cominatórias têm sido a forma usual de coação adotada pelo Judiciário brasileiro” (MATOS, .2014, s.p.). O que serve de atestado para a efetividade da medida.

Silveira (2016, s.p.) também defende que existe efetividade em se utilizar da aplicação de multas ou astreintes para influenciar no comportamento daquele devedor que se recusa realizar o adimplemento obrigacional.

Em razão da sua inequívoca efetividade, a aplicação das “astreintes” tornou-se repetida nos processos judiciais, fazendo que o legislador sanasse, no novel CPC/2015, algumas lacunas e divergências oriundas do texto legal até então vigente.

A multa tem caráter acessório, ela existe para coagir, para convencer o devedor a cumprir a prestação justamente por isso, não pode ser irrisória, devendo ser fixada num valor adequado, para que possa gerar no íntimo do devedor o temor do descumprimento, a priori ela não tem teto, não tem limite, não tem valor, ficando a critério do juízo. Se fosse punitiva, teria característica de cláusula penal, conforme o art. 412, do Código Civil.

Neste sentido, a multa visa à realização de determinado comportamento ou abstenção do réu, e, por definição, ela representa uma forma de exercer pressão psicológica no obrigado para que concretize a obrigação a que está sujeito, ou seja, prestar a satisfação inserida na sentença judicial.

Logo, aplicar multas e astreintes na execução alimentar pode se mostrar uma saída hábil para consecução do adimplemento obrigacional, e isto, de forma célere para que com a aplicação da medida, o objeto da execução não avolume cada vez mais com o passar do tempo sem o adimplemento.

3.2.3 Tornozeleiras eletrônicas, apreensão da Carteira Nacional de Habilitação, passaporte, cartões de crédito, negativação do nome do devedor e outras medidas atípicas

Mister salientar que o uso da tornozeleiras eletrônica em substituição ao cumprimento de mandado de prisão adotado no Estado do Paraná, inovação que nasceu da parceria entre o Departamento Penitenciário Nacional –DEPEN- e as magistradas Luciana Varella Carrasco e Maria Cristina Franco Chaves, mostrou-se bastante eficiente.

Tanto que, conforme explicam Camargo e Bürger (2016, p. 24-25), embora o feito não tenha grande proporção numérica, o resultado obtido aponta para uma medida de significativa efetividade.

Em decorrência do pequeno número de decisões que até agora aplicou a medida, e ainda do pouco tempo decorrido desde a primeira decisão a dela valer-se, não existem dados empíricos suficientes para se obter uma estatística substancialmente válida. No entanto, é de se apontar que das quatro decisões até agora proferidas no Estado do Paraná, três delas deflagraram o pagamento do valor devido pelo executado assim que intimado da decisão que determinou sua submissão ao monitoramento eletrônico, sendo a quarta cumprida espontaneamente pelo executado, que se dirigiu ao DEPEN para a colocação do equipamento, sob pena de não o fazendo ver decretada sua prisão em regime fechado.

Ainda que não se tenha um número suficiente de casos a amparar uma estatística, até o presente momento a efetividade da medida superou até mesmo a da prisão em regime fechado, até mesmo em razão do descrédito do Judiciário pela incapacidade de cumprir tais mandados.

D'arce (2017, s.p.) ao certificar sobre as medidas inovadoras e atípicas permitidas pelo Código de Processo Civil 2015, expõe que

Dados recentes do CNJ indicam que os processos de execução em trâmite na Justiça Estadual duram em média 8,9 anos e correspondem a 51% dos 70,83 milhões de processos de todo o acervo de 2014 do Poder Judiciário. [...]

Diante de tal conjectura, a lei 13.105/15, que instituiu o NCPC, trouxe diversas normas coercitivas que visam forçar o devedor a cumprir a execução que lhe está sendo movida, as quais têm como finalidade pôr em prática o princípio da efetividade. [...]

Dentre os meios citados acima, o que recebeu maior destaque é a possibilidade do devedor ter seu nome inserido nos cadastros de proteção ao crédito. Visando facilitar o cumprimento de tal comando judicial, a Serasa Experian criou o sistema Serasajud ainda em 2015, e já contava com adesão de 37 Tribunais no início de 2016. A eficácia neste meio coercitivo reside no fato de que os brasileiros, de uma forma geral, são consumistas e, para manter tal alcunha, não podem ter limitado o seu acesso ao crédito.

Destarte, a negativação do nome do devedor de alimentos junto aos órgãos de proteção ao crédito reveste-se de êxito, sob o manto do princípio da efetividade, nas execuções de alimentos, ao exercer coerção psicológica nos devedores que se depararão com a impossibilidade de efetuar aquisições onde o crédito seja imprescindível.

Para Dias (2012, p. 2) a negativação do nome do devedor de alimentos também é uma medida mais eficaz do que o encarceramento.

Felizmente a Justiça começou a atentar a esta realidade, autorizando a inscrição do alimentante nos cadastros da SERASA e do SPC bem como a penhora de conta vinculada ao FGTS. Ao certo quaisquer dessas providências são mais eficazes do que o próprio aprisionamento. Afinal, nada justifica que o devedor armazene um crédito para quando se aposentar, atingir 70 anos ou quiser adquirir casa própria, enquanto alguém, sem condições de prover o próprio sustento, fica sem receber o que lhe é devido. Nessa linha a orientação do STJ que, invocando os princípios da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana, admite a possibilidade da penhora e levantamento do saldo e não simplesmente o bloqueio de valores. Mister realizar uma ponderação de princípios, sobrepondo o direito do credor à resistência do devedor.

Ainda com fundamento no princípio da efetividade, D'arce (2017, s.p.) sinaliza que as outras medidas atípicas, como a apreensão de passaporte, cartões de crédito e carteira de motorista, são também maneiras adequadas a se atingir o cumprimento das obrigações, mostrando-se deveras eficiente.

Cabe também destacar a amplitude que tem o art. 139, IV, já que, através de sua interpretação sob a ótica do princípio da efetividade, não apenas as medidas coercitivas previstas na legislação deverão ser tomadas pelo magistrado, mas também aquelas que requeridas pelo exequente, tomando como base os princípios da proporcionalidade e razoabilidade e da menor onerosidade, possam forçar o devedor a cumprir com a obrigação de pagar o que lhe cabe, como a suspensão de CNH e passaporte, proibição de participação em licitações, etc.

A adoção de tais medidas coercitivas e permitidas, de acordo com a redação do artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, são formas encontradas pelo legislador para tentar solver os diversos casos de omissão e abandono material nas demandas alimentares.

Tais demandas, conforme divulgação do Conselho Nacional de Justiça, são responsáveis por uma significativa parcela de atuação do Poder Judiciário no ano de 2015. Por meio do relatório Justiça em números 2016, o Poder Judiciário informou que o tema Alimentos no Direito de Família ocupou o quarto lugar nos assuntos mais

demandados no Poder Judiciário em 1º grau, ou seja, nas varas de família, com numerário de 776.805 casos apreciados (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016, p. 75).

Já os quantitativos de processos ingressados no ano de 2015, o relatório da Justiça em números de 2016, aponta que dentre os assuntos mais demandados na Justiça Estadual, a quinta posição é conferida ao Direito de Família, especificamente, ao tema alimentos que ocupa 3,19% do total de ações propostas, alcançando a casa de 835.440 litígios (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016, p. 169).

Por fim, o relatório também apresenta que dentre os assuntos mais demandados no Poder Judiciário, em sua completude, o Direito Civil - Família/Alimentos, atinge o sexto posicionamento com o patamar de 836.634 casos, isto é 1,97% de todos os assuntos submetidos (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016, p. 74).

A divulgação destes dados demonstra a relevância que os alimentos possuem junto ao Poder Judiciário, e, por consequência, reclama a inteligência dos julgadores e dos estudiosos do Direito em buscar e propor mecanismos que garantam a satisfação creditícia do alimentado sem comprometer desnecessariamente a liberdade e dignidade do alimentante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos casos concretos levados ao Poder Judiciário cujo tema gira em torno da prestação de alimentos, em que se sobressai a negligência do alimentante em cumprir com sua obrigação, adotou-se como ferramenta nas execuções alimentícias a utilização da prisão civil, a fim de proteger-se o direito à vida do alimentado.

Todavia, o crescente números de mandados de prisão civil acumulados ano a ano, bem como a significativa quantidade de ordens que não foram cumpridas por diversos motivos, apontam para uma banalização no uso da prisão enquanto medida executória que perde seu caráter coercitivo e se reveste de um viés punitivo.

As estatísticas acerca da prisão civil de natureza alimentar desnudam ainda outra situação embaraçosa, a descrença conferida ao Poder Judiciário que não vendo cumpridos seus mandados, faz emergir o sentimento de impunidade e injustiça na sociedade. O que leva a necessidade de repensar em medidas que realmente exerçam coerção nos devedores de alimentos e os force a cumprir com seu dever.

Medidas coercitivas que, contrariem os números apresentados nesta pesquisa a respeito dos decretos vultuosos e sucessivos de prisão de devedores alimentícios contumazes.

Sendo necessário também considerar que não é razoável privar de liberdade, quem não tenha condições mínimas e adequadas, de continuar sobrevivendo, tampouco de adimplir com uma obrigação que, por vezes, chega a ser impossível de cumprir, surge o questionamento quanto ao real alcance da prisão civil de natureza alimentar em busca de outras medidas coercitivas que sejam alternativas ao encarceramento.

Assim, a promoção das medidas executórias atípicas fundamentadas no artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, devem ser estimuladas e aplicadas como alternativas coercitivas à prisão civil de natureza alimentar, a qual somente deve ser

decretada não restando outra possibilidade frente à contumácia, teimosia e recalcitrância do devedor.

Nesse sentido, a viabilidade na aplicação de tais medidas coercitivas em substituição ao aprisionamento, mostra-se aceitável com base nos princípios que permeiam a execução, a saber, o princípio da menor onerosidade ao devedor, princípio da efetividade, da dignidade da pessoa humana e outros.

Isto porque, na prisão civil do devedor alimentante nem sempre será gerado o efeito esperado de pagamento da dívida, passando a prisão a ser tão somente um meio punitivo que resulta em danos tanto ao credor quanto ao devedor. E aqui, pode-se visualizar que há viabilidade na aplicação de outras medidas coercitivas. Sendo estas preferíveis à prisão do devedor, já que a ordem de segregação não assegura plenamente a satisfação do crédito alimentar, ainda que o devedor a tenha cumprido.

Nesse sentido, uma vez que a dívida não seja saldada, a coação exercida pelo encarceramento constitui-se em um fim em si mesma, sem produzir os resultados úteis almejados no processo de execução. Não conferindo proteção àquele que se encontra em vulnerabilidade e perante riscos em sua sobrevivência.

Logo, não sendo o encarceramento uma garantia de que os alimentos serão prestados, é muito mais viável a aplicação de uma medida coercitiva que propicie ao devedor a permanência em seu emprego, e assim, oferte mais chances do credor de ver cumprida a obrigação.

A realidade é que sendo os alimentos uma necessidade do ser humano, não se pode impossibilitar quem os vai prover de conseguir esse intento. E a prisão civil em regime fechado, nada mais é que um grande obstáculo para quem vai pagar e principalmente para quem vai receber os alimentos. E, portanto, faz-se viável utilizar de outros meios que de fato sejam eficientes e que levem o devedor a efetivar o princípio da paternidade responsável, contribuindo para o adequado desenvolvimento do alimentado.

Portanto, acreditar que o devedor de alimentos que já não conseguiu adimplir valores atrasados, uma vez preso, conseguirá pagar os alimentos atrasados e também os alimentos que se vencerem durante a execução é um raciocínio incoerente. Este é outro obstáculo recorrente à efetividade da prisão, pois se o devedor deixou de adimplir a obrigação até a ocorrência da prisão, por óbvio não terá como quitar as três parcelas mais recentes, anteriores a distribuição da ação, e todas as demais que se vencerem durante a execução até o pagamento.

O razoável é que, o devedor alimentício seja forçado a prestar os alimentos, sem que, para tanto, se veja privado de sua liberdade, de seu emprego, sem onerar o Estado que lhe deve assegurar a integridade física enquanto estiver sob sua tutela e principalmente sem esquivar-se de sua obrigação para com o credor de alimentos, que na maioria dos casos é sua prole. E para isto, utilizar-se de medidas coercitivas alternativas mostra-se viável.

Há viabilidade na aplicação de tais medidas também, diante da realidade vivenciada no sistema prisional brasileiro e de sua comprometida infraestrutura, em que, uma vez o devedor de alimentos sendo-lhe submetido, entrará em contato com um ambiente superlotado, desumano e que lhe expõe ao submundo do crime, onde haverá convivência com pessoas segregadas do meio social como forma de punição por seu comportamento criminoso. É dizer, não tendo o Estado condições de ofertar um encarceramento ao devedor de alimentos em local distinto dos presos comuns por delitos, o tratamento conferido aquele é punitivo e não meramente coercitivo, conforme ensinam os doutrinadores civilistas.

Portanto, mecanismos além do encarceramento que constriam o devedor a efetivar o princípio da paternidade responsável são viáveis em sua aplicação no Direito Civil, apresentando-se, sem dúvida alguma, como mais um dos tantos desafios postos ao legislador, aos atores do sistema judiciário e ao meio acadêmico, na busca pela paz social, evitando-se posições de caráter intolerante e mesmo fundamentalista, típicos de uma infrutífera lógica do tudo ou nada.

Para tanto, a pesquisa aponta que políticas públicas, como a instituição de um fundo garantidor de pagamento de pensão alimentícia, nos moldes do que há, por exemplo, em Portugal, é a solução com melhor adequação a uma fórmula de responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade, devedores e credores alimentícios, quando da existência de situação de comprovado desemprego do alimentante ou não tendo o Estado condições de assegurar o cumprimento da prisão em condições minimamente compatíveis com a dignidade pessoal do devedor da obrigação alimentar, de modo a garantir, a proteção tanto de credores quanto dos devedores.

Sendo assim, além de ser questionável a eficácia da prisão civil do devedor de alimentos, vista por muitos estudiosos como uma punição coercitiva, que deveria forçar o pagamento, mas que se mostra desarrazoada e um instituto realmente ineficaz, incapaz de resolver o problema da prestação alimentícia, tornando-se apenas

uma forma de marginalizar os milhões de brasileiros devedores de alimentos, que estão desempregados, e são forçados a conviver por algum tempo (no mínimo 30 dias), com criminosos de verdade, a aplicação de outras medidas coercitivas são alternativas inovadoras e efetivas à satisfação do credor de alimentos.

REFERÊNCIAS

ABELHA, Marcelo. **Penhora eletrônica de ativos financeiros no NCPC e Defesa do Executado**. 19 Abr. 2016. Disponível em: < <http://genjuridico.com.br/2016/04/19/penhora-eletronica-de-ativos-financeiros-no-ncpc-e-defesa-do-executado/> >. Acesso em: 06 nov. 2017.

ALEXANDRINO, Laiane Castro; MORAES, Itamara. **A eficácia da prisão civil nas ações de execução de alimentos**. 2016. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/55616/a-eficacia-da-prisao-civil-nas-acoes-de-execucao-de-alimentos> >. Acesso em: 29 out. 2017.

ALVES, Suellen Aparecida. **Prisão civil do devedor de alimentos - natureza jurídica e eficácia no plano prático**. Percurso Acadêmico, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, jan./jun. 2015. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/8383/8181> >. Acesso em: 07 out. 2017.

ARAÚJO, Alana Sara Rocha; MATOS, Anna Carolina; PINTO, Christiann. **Penhora on line: análise da efetiva e célere prestação executiva frente ao princípio da menor onerosidade da execução**. Publicado em 16 Ago. 2013. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/penhora-on-line-analise-da-efetiva-e-celere-prestacao-executiva-frente-ao-principio-da-menor-onerosidade-da-execucao/111790/#ixzz4yFVzGMvF>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ARGENTINA. **Lei nº 13.074/2003, de 26 de junho de 2003**. Cria o Registro de Devedores Alimentares Morosos. Buenos Aires: Senado e Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: < <http://www.gob.gba.gov.ar/legislacion/legislacion/l-13074.html> >. Acesso em: 20 mar. 2017.

BARROS, Camila Albano de. **Inscrição do devedor de alimentos nos cadastros restritivos de crédito**. 2013. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/25161/inscricao-do-devedor-de-alimentos-nos-cadastros-restritivos-de-credito> >. Acesso em: 07 out. 2017.

BITTENCOURT, Fernando Kurten. **A penhora online como instrumento de efetividade no cumprimento de sentença**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 13 jul.

2012. Disponível em:

<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.37971&seo=1>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula n. 25. **Depositário infiel**. Prisão Civil. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <

<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1268>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

_____. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**.

Disponível em:

<<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92083/constituicao-da-republica-dos-estados-unidos-do-brasil-34>>. Acesso em: 05 out. 2017.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: <

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1036036/constituicao-federal-1967-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1967>>. Acesso em: 06 out. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível

em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 06 out. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BRENNER, Ana Cristina. **A Prisão Civil no Depósito Judicial e sua relação com os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos**. Porto Alegre, jun. 2005.

Disponível em:

<http://www.tex.pro.br/wwwroot/06de2005/aprisao_anacristinabrenner.htm>. Acesso em: 05 out. 2017.

CAMARGO, J.M.; BÜRGER, M.L.F.M. **Velhos institutos, novas ferramentas: a utilização de monitoramento eletrônico nas execuções de alimentos como medida coercitiva diversa da prisão civil**. Revista Jurídica da Escola Superior de Advocacia da OAB-PR. Edição 02, 2016.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Cumprimento da sentença civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CONCEIÇÃO, Arnaldo Alves da. **A inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel face aos tratados internacionais de Direitos Humanos**. 2009. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6836 >. Acesso em: 27 out. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2016: Ano-Base 2015**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/10/b8f46be3dbbfb344931a933579915488.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

COSTA JUNIOR, Mardem. **Lei permite suspensão de CNH e passaporte de inadimplentes**. 2016. Disponível em: <<http://www5.ohoje.com/noticia/economia/n/123064/t/lei-ameaca-documentos-de-devedores>>. Acesso em: 07 out. 2017.

CRESCER o número de pedidos de prisão para quem não paga pensão alimentícia. **Tv Jornal**. Publicado em 26/01/2017. Disponível em: <<http://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2017/01/26/cresce-o-numero-de-pedidos-de-prisao-para-quem-nao-paga-pensao-alimenticia-28730.php>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

D'ARCE, Marconi. **A aplicação dos meios coercitivos do NCPC nos processos de execução à luz do princípio da efetividade**. Publicado em 08 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI253273,31047-A+aplicacao+dos+meios+coercitivos+do+NCPC+nos+processos+de+execucao+a>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **TJ-SP reconhece possibilidade de suspensão de CNH de devedor de pensão alimentícia, após pedido da Defensoria Pública**. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=72901&idPagina=3086>>. Acesso em: 13 set. 2017.

DELLORE, Luiz. **Novo CPC: é possível penhora antes da citação?** 08 Set. 2016. Disponível em: < <http://genjuridico.com.br/2016/09/08/novo-cpc-e-possivel-penhora-antes-da-citacao/> >. Acesso em: 30 out. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **A cobrança dos alimentos no novo CPC**. 13 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI229778,21048-A+cobranca+dos+alimentos+no+novo+CPC>>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. **Manual de Direito das Famílias**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **O calvário do credor de alimentos.** Publicado em 05 out. 2012. Disponível em:
<[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_506\)o_calvario_do_credor_de_alimentos.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_506)o_calvario_do_credor_de_alimentos.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

ECHEVENGUÁ, Ana Candida. **Enjaular o devedor da pensão alimentícia hoje é condená-lo à morte.** 2011. Disponível em: <
[http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/enjaular-o-devedor-da-pensão-alimentícia-hoje-é-condená-lo-à-morte](http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/enjaular-o-devedor-da-pensao-alimenticia-hoje-e-condena-lo-a-morte)>. Acesso em: 29 out. 2017.

FACHIN, Luiz Edson; PIANOVSKI, Carlos Eduardo. **A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo:** uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista. 2008. Disponível em: < <http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5/Luiz-Edson-Fachin.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Prisão civil por alimentos e a questão da atualidade da dívida à luz da técnica de ponderação de interesses (uma leitura constitucional da Súmula 309 do STJ):** o tempo é o senhor da razão. Panóptica. Vitória-ES, ano 1, n. 2, out. 2006. Disponível em: <<http://www.panoptica.org>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FARIAS, C.C; ROSSENVALD, N. **Curso de Direito Civil: Famílias.** v.6. 8.ed. rev., amp. e atual. São Paulo: JusPodivm, 2016.

FARIA, Natália. **Estado gastou 30 milhões em pensões de alimentos a menores no ano passado.** 11 jul. 2016. Disponível em:
<<https://www.publico.pt/2016/07/11/sociedade/noticia/estado-gastou-no-ano-passado-25-milhoes-de-euros-por-mesno-pagamento-de-pensoes-de-alimentos-a-menores-1737765>>. Acesso em: 08 out. 2017.

FORNEA, Denise. **A prisão civil do devedor de alimentos.** 2011. Disponível em:
<<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/08/A-PRISAO-CIVIL-DO-DEVEDOR-DE-ALIMENTOS.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

GOMES, Luiz Flávio. **Súmula Vinculante 25 do STF:** Impossível a prisão civil do depositário infiel. 17 Fev. 2010. Disponível em:
http://ww3.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20100213164113915>. Acesso em: 29 out. 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro:** direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. [versão eletrônica].

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil esquematizado.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GRISARD FILHO, Waldyr. **O futuro da prisão civil do devedor de alimentos: caminhos e alternativas.** 2009. Disponível em: <<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/090407.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. **As astreintes e o seu tratamento pelo NCP.** IR. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 54, p. 227-237, abr.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista54/Revista54_227.pdf>. Acesso em: 08 out. 2017.

INSTITUTO Brasileiro de Direito de Família. **Levantamento revela o número de presos por pensão alimentícia em diversas regiões brasileiras.** 15 Jan. 2013. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/4942/novosite>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

_____. **BNMP 2.0: sistema colocará devedores de alimentos sob a mira da Justiça.** 06 set. 2017. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6424/BNMP+2.0%3A+sistema+colocará+devedores+de+alimentos+sob+a+mira+da+Justiça>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

MACHADO, Joeci. **Paraná inova com monitoramento por tornozeleiras eletrônicas a devedores de alimentos.** Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/1IKI/content/parana-inova-com-monitoramento-por-tornozeleiras-eletronicas-a-devedores-de-alimentos/18319/pop_up?_101_INSTANCE_1IKI_viewMode=print&_101_INSTANCE_1IKI_languageId=pt_BR>. Acesso em: 04 abr. 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito.** 2003. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5041/tutela-inibitoria-e-tutela-de-remocao-do-ilicito/2>>. Acesso em: 13 set. 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de processo civil: execução.** v.3. 2. ed. rev. e atual. 2.tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MARMITT, Arnaldo. **Prisão civil por alimentos e depositário infiel:** de acordo com a nova Constituição. Rio de Janeiro: Aide, 1989.

MATOS, Daniela Rodrigues da Silva. **As astreintes e a efetividade da Justiça.** Publicado em jul. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30610/as-astreintes-e-a-efetividade-da-justica/1>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MELO, Gilberto. **Astreintes e a execução das obrigações de fazer e não fazer.** Publicado em 07 Set. 2015. Disponível em: <<http://gilbertomelo.com.br/astreintes-e-a-execucao-das-obrigacoes-de-fazer-e-nao-fazer/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)**, adotada em 22 de novembro de 1969. Disponível em: <
<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>
 >. Acesso em: 27 out. 2017.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado. **Agravo de Instrumento**. Execução de Alimentos e Astreintes. Inclusão na cobrança das parcelas vincendas. Quebra do Princípio da Dialecticidade. Inocorrência. Decisão que firma a cobrança contra a qual se insurge. Preliminar indeferida. Mérito. Possibilidade da cobrança das parcelas vincendas. Inteligência do Art. 290, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. Relatora Juíza Substituta em 2º grau Angela Maria Machado Costa. 06 de novembro de 2011. Curitiba, PR, 2011. Disponível em: <
https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/315771399/andamento-do-processo-n-1506045-4-agravo-de-instrumento-18-03-2016-do-tjpr?ref=topic_feed>.
 Acesso em: 04 mar. 2017.

PEREIRA, Mônani Menine. **A penhora on-line como alternativa à prisão civil do devedor de alimentos**. Disponível em: <
https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/92105/penhora_online_alternativa_pereira.pdf
 >. Acesso em: 13 set. 2017.

PINHEIRO, Kerinne Maria Freitas. **Um estudo sobre a eficácia da prisão civil por débito alimentar**. Disponível em: < <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,um-estudo-sobre-a-eficacia-da-prisao-civil-por-debito-alimentar,55153.html>>. Acesso em: 13 set. 2017.

PIOVESAN, Edivane Silvia; SUSKI, Liana Maria Feix. **Prisão civil do devedor de alimentos na comarca de Itapiranga nos anos de 2013 a 2015: Análise da efetividade do cerceamento da liberdade como meio de coerção**. 2016. Disponível em: < file:///C:/Users/Michelle/Downloads/187-698-1-PB.pdf >. Acesso em: 08 nov. 2017.

PORTUGAL. **Segurança Social**. Fundo de garantia de alimentos devidos a menores. 07 out. 2013. Disponível em: <<http://www.seg-social.pt/fundo-de-garantia-de-alimentos-devidos-a-menores>>. Acesso em: 08 out. 2017.

PRATES, Maria Clara. **Presos por inadimplência de pensão sobrecarregam presídios em Minas**. 01/03/2015. Disponível em:
 <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/01/interna_gerais,622827/o-outro-lado-cruel-do-calote-na-pensao.shtml>. Acesso em: 08 nov. 2017.

REIS, Clayton; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. **Direito civil contemporâneo I**. Organização CONPEDI/UNICURITIBA. Florianópolis: CONPEDI, 2016.

SALES, Elaine Cristina Santos. **Ação de alimentos e a prisão civil do devedor: qual a eficácia da medida**. 2015. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16885&revista_caderno=14>. Acesso em: 13 set. 2017.

SANTA CATARINA. **Tribunal de Justiça do Estado**. *Habeas Corpus*. HC: 135157 SC 2004.013515-7, Relator: Ronaldo Moritz Martins da Silva, Data de Julgamento: 20/07/2004, Câmara de Férias Civil, Data de Publicação: Habeas corpus n. 2004.013515-7, de Palhoça, grifo nosso). Disponível em: < <https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5257209/habeas-corpus-hc-135157-sc-2004013515-7>>. Acesso em: 04 out. 2017.

SÃO PAULO. **Tribunal de Justiça do Estado**. Agravo regimental. Alimentos. Execução. Pretensão do exequente de inscrever o nome do devedor contumaz de alimentos nos cadastros do SERASA e SCPC. Negativa de seguimento por manifesta improcedência. Impossibilidade. Medida que se apresenta como mais uma forma de coerção sobre o executado, para que este cumpra sua obrigação alimentar. Inexistência de óbices legais. Possibilidade de determinação judicial da medida. Relator Desembargador Egidio Giacoia. 25 de maio de 2010. São Paulo, SP, 2010. Disponível em: < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23365884/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1357371-df-2012-0258470-2-stj>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

SILVA, Fernando Salzer e. **Pensão alimentícia destinada aos filhos – descortinando a figura do administrador da verba alimentar – obrigações e sanções**. Disponível em: < <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/3/art20170303-03.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SILVEIRA, Adriana de Carvalho Niederauer da. **A multa coercitiva do artigo 536 (CPC/2015)**. Publicado em Dez. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/54778/a-multa-coercitiva-do-artigo-536-cpc-2015>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SIMÃO, José Fernando. **Formas de cobrança de alimentos vão muito além da prisão civil**. 22 Nov. 2015. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2015-nov-22/processo-familiar-formas-cobraca-alimentos-alem-prisao-civil> >. Acesso em: 20 set. 2017.

USTÁRROZ, Daniel. **Retirar a CNH do devedor de alimentos?** 2017. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2017/07/21/retirar-cnh-do-devedor-de-alimentos/>>. Acesso em: 07 out. 2017.

VIEIRA, Jhiwslayne. **Decisão inédita da 6ª Vara da Família suspende CNH de devedor de pensão alimentícia.** Disponível em: <
<http://www.tjgo.jus.br/index.php/home/imprensa/noticias/161-destaque1/16284-decisao-inedita-da-6-vara-de-familia-e-sucessoes-suspende-cnh-de-devedor-de-pensao-alimenticia>>. Acesso em: 13 set. 2017.